



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1722/15	DATA: 15/09/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 18h23min	PÁGINAS: 96

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Presidente da construtora UTC. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Funcionária da construtora UTC. ROBERTO DE MORAES MENDES - Representante da Saipem do Brasil Serviços de Petróleo Ltda.

SUMÁRIO
Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há palavra ou expressão ininteligíveis. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia das atas das 45ª, 46ª, 47ª e 48ª Reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade das respectivas leituras. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Solicito a dispensa da leitura das atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura das atas, por solicitação do Deputado Luiz Sérgio.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

Expediente

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Sr. Deputado Ezequiel Fonseca, com solicitação de justificação de ausência nas reuniões desta CPI nos dias 24 e 31 de março; 16 de abril; 14, 26, 27 e 28 de maio; 8, 9, 10 e 16 de junho; 14 de julho; 6, 13 e 31 de agosto; e 1º e 2 de setembro, *“em razão de estar participando de diversas reuniões em outras Comissões e em plenário, e na do dia 1º de setembro de 2015 estava no 32º Encontro Mato-Grossense de Prefeitos”*.

Memorando do Sr. Deputado Kaio Maniçoba justificando a ausência na reunião do dia 25 de agosto de 2015, em razão de compromisso parlamentar



inadiável, anteriormente assumido para a mesma data com o Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara.

Ofício do Presidente do Conselho Federal de Medicina, informando providências tomadas em face do requerimento desta CPI, no sentido da apuração das informações do profissional médico que expediu atestado médico em favor do Sr. Pedro José Barusco Filho, convocado por esta CPI, cujas informações serviram de base para suspender o seu depoimento na data designada. Informa no ofício que, em face da competência originária do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro — CRM/RJ encaminhou expediente àquele Conselho Regional *“para fins de avaliação de eventuais desvios éticos possivelmente cometidos pelo profissional médico na situação em tela”*.

Petição assinada pelos advogados Sebastian Borges de Albuquerque Mello e Marcelo Marambaia Campos em favor de Sandra Raphael Guimarães, convocada por esta CPI, requerendo que esta seja dispensada de comparecer perante esta CPI, alegando, em síntese, *“absoluta inutilidade do seu depoimento para elucidação dos fatos aqui investigados”*

Fax do Supremo Tribunal Federal, recebido na data de hoje, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, informando deferimento, em parte, de medida cautelar no Habeas Corpus nº 130.290, impetrado em favor de Sandra Raphael Guimarães, *“para garantir à paciente tão somente o direito de não assinar termo de compromisso, não se autoincriminar e de permanecer em silêncio, caso assim entenda, e ser acompanhada dos seus advogados e com eles manter contato durante o depoimento”*.

A decisão indeferiu o pedido dos impetrantes que pretendiam a dispensa de comparecimento perante a CPI, registrando que o acolhimento desse pleito, além de implicar em indevida interferência do Poder Judiciário em prerrogativa constitucional, conferida às Comissões Parlamentares de Inquérito, inviabilizaria o seu próprio exercício pelas CPIs.

Em razão da decisão judicial, fica prejudicada a análise do requerimento formulado pela depoente perante esta Comissão, que, aliás, tem tido posicionamento semelhante àquele externado na decisão do Ministro Teori Zavascki.



Petições encaminhadas pela advogada Carla Vanessa Domenico em favor de Ricardo Ribeiro Pessôa, convocado a depor na data de hoje perante a CPI, solicitando definição quanto à autorização para deslocamento, além de suspensão da tomada de depoimento do requerente, até que se obtenha no Supremo Tribunal Federal o levantamento do sigilo imposto pelo acordo de colaboração premiada ainda sujeito ao sigilo, nos termos da lei. Solicita a defesa de Ricardo Ribeiro Pessôa, também, que o seu depoimento seja prestado em sessão reservada, proibindo-se a veiculação de sua imagem e declarações perante qualquer órgão de imprensa.

Fax da 13ª Vara Federal de Curitiba, com decisão do Exmo. Sr. Juiz Sérgio Moro, autorizando deslocamento de Ricardo Ribeiro Pessôa para prestar depoimento perante a CPI, condicionando a decisão à autorização ou decisão sobre a desnecessidade desta para a realização do ato por parte do Supremo Tribunal Federal.

Fax do Supremo Tribunal Federal, recebido na data de hoje, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, informando deferimento, em parte, de medida cautelar no Habeas Corpus nº 130.295, impetrado em favor de Ricardo Ribeiro Pessôa, “apenas para garantir ao paciente o direito de não se autoincriminar e permanecer em silêncio durante a tomada do depoimento”. A decisão indeferiu o pedido das impetrantes, que pretendiam que o depoimento fosse tomado em sessão reservada, registrando que “o acolhimento da pretensão dos impetrantes de determinar que a tomada do depoimento do paciente ocorra em sessão reservada implicaria em devida interferência do Poder Judiciário, em prerrogativa constitucional conferida às Comissões Parlamentares de Inquérito”.

Em razão das decisões judiciais, fica prejudicada a análise dos requerimentos formulados pelo depoente perante esta Comissão. Registro que a autorização para deslocamento foi deferida pela autoridade responsável pela prisão do convocado, sem óbices do STF; o comparecimento perante a CPI é obrigatório, sendo resguardados os direitos elencados na decisão do STF, que deferiu, em parte, o *habeas corpus*; nos termos do provimento do STF, a decisão sobre o caráter em que será realizada a reunião cabe exclusivamente à Comissão, que opta nesse sentido



pela preservação do interesse maior da sociedade, que se traduz na realização, em regra, de audiências públicas para a ultimação dos seus atos.

Ofício da Empresa Saipem do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., informando que o Sr. Giorgio Martelli, convocado para depor na data de hoje, não mais exerce atividades na empresa desde o ano de 2011, não residindo mais no País e tendo fixado residência na Austrália.

Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento nº 917, de 2015, de autoria do Deputado Aluisio Mendes, guarda relação com o teor dos Requerimentos aprovados de nºs 32, 74, 155, 309, 587, 607 e 742 de 2015. Ou seja, a convocação do Sr. Ricardo Ribeiro Pessôa, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesse das propostas contidas em ambos os requerimentos, reconheço como também aprovado o requerimento de autoria do Deputado Aluisio Mendes, informando que o mesmo constará da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar essa aprovação.

Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada dos depoimentos com as presenças dos Srs.: Ricardo Ribeiro Pessôa, convocado pela aprovação nos Requerimentos nºs 32, de 2015, de autoria dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; 74, de 2015, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; 155, de 2015, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; 309, de 2015, de autoria do Deputado Júlio Delgado; 587, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera; 607, de 2015, de autoria dos Deputados Celso Pansera, Carlos Marun, Darcísio Perondi e Lelo Coimbra; 742, de 2015, de autoria da Deputada Eliziane Gama; e 917, de 2015, de autoria do Deputado Aluisio Mendes.

Sandra Raphael Guimarães, funcionária da UTC, convocada pela aprovação do Requerimento 153, de 2015, de autoria dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues;

Roberto de Moraes Mendes, empresa Saipem, convocado pela aprovação do Requerimento 662, de 2015, de autoria do Deputado João Carlos Bacelar; e



Giorgio Martelli, empresa Saipem, convocado pela aprovação do Requerimento 662, de 2015, de autoria do Deputado João Carlos Bacelar.

Após examinar os requerimentos aprovados e considerando as decisões do Supremo Tribunal Federal, esta Presidência informa que os depoentes Sandra Raphael Guimarães e Ricardo Ribeiro Pessôa serão ouvidos na qualidade de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais de não se autoincriminarem e permanecerem em silêncio durante as tomadas de depoimento. Esta Presidência registra, entretanto, que o depoente Ricardo Ribeiro Pessôa a figura como investigado colaborador em processos em curso na 13ª Vara Federal de Curitiba e que, em ofício recentemente encaminhado à CPI, o Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki expressou entendimento de que compete ao investigado colaborador, nos termos da lei, arcar com as consequências por dizer ou calar em seus depoimentos. Entende-se não estar, portanto, proibido de responder as perguntas que lhe forem formuladas, sendo a decisão de responder salutar medida em seu benefício.

Quanto ao depoente, o Sr. Roberto de Moraes Mendes, será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

O convocado Giorgio Martelli, segundo informações da SAIPEM do Brasil, não mais exerce atividades na empresa e não mais reside no País. A Secretaria verificará informações prestadas.

Convido, primeiramente, o Sr. Ricardo Ribeiro Pessôa a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, uma informação: o ex-Deputado Oscar Goldoni — não sei se alguém aqui chegou a ser colega dele. Se não me engano, foi Deputado até 2002 —, só para informar, foi executado agora, questão de 1 hora, na cidade de Ponta Porã, por crime de pistolagem. A polícia está averiguando, mas nós recebemos agora essa informação. Ele foi Deputado Federal por dois mandatos, Deputado Estadual e Prefeito da cidade de Ponta Porã, no querido Mato Grosso do Sul.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Feito o registro, enviamos condolências à família do Deputado Marun e ao povo do Mato Grosso do Sul, daquela importante cidade. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, o procedimento de V.Exa. em relação ao tempo de Liderança, como V.Exa. pretende conduzir? Melhor deixar começar, ou o que é que V.Exa. acha mais conveniente para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Bom, nós vamos estabelecer aquilo que já é rito aqui na CPI: Relator, Sub-Relator, autores e Líderes têm a preferência. *(Pausa.)*

Tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados e em face do deferimento, em parte, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, de medida liminar no Habeas Corpus nº 130.295, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais.

Esta Presidência lembra, entretanto, que V.Sa. figura como investigado colaborador em processo em curso na 13ª Vara Federal de Curitiba, e que o Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki expressou recentemente entendimento de que compete ao investigado colaborador, nos termos da Lei, arcar com as consequências por dizer ou calar em seus depoimentos.

V.Sa. não está, portanto, proibido de responder as perguntas que lhe forem formuladas, entendendo-se a decisão de responder como salutar medida em seu benefício.

Peço atenção às senhoras e aos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos depoentes será de até 20 (minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (art. 256, § 2º), não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Ricardo Pessôa.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Permitam-me ler uma introdução. Para os que não me conhecem, eu, até hoje, era uma imagem, uma fotografia que foi tirada na entrada da Polícia Federal de São Paulo, com o semblante fechado, tenso, compreensivelmente



preocupado. Eu puxava uma mala de roupa e envergava um paletó que denunciava os meus quilos a mais. Não estou magro, mas perdi 15 quilos daquele dia até hoje. Pela imagem, houve quem imaginasse que eu fosse bravo, agressivo, impositivo. É a velha história: uma fotografia vale por mil palavras, e rende também mil especulações. Meu nome é Ricardo Ribeiro Pessôa, nasci na Bahia há 63 anos, sou engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, turma de 1973. Portanto, são 42 anos de atividade profissional. Venho de uma família de classe média. Meu pai era bancário, minha mãe, dona de casa. Tornei-me engenheiro porque sempre gostei de construções e queria trabalhar em obras. Tornei-me empresário por acaso, um empresário de relativo sucesso. Muitas das notícias publicadas no curso dessa investigação tratam a UTC como uma empresa desconhecida, como se tivéssemos surgido de uma hora para outra. Atribuo esse desconhecimento à falta de informação. Antes da Lava-Jato, a falta de informação decorria em parte do nosso perfil, da nossa cultura. No setor de infraestrutura, são poucas as empresas que fazem propaganda, que dão entrevistas, que se expõem. E a UTC, definitivamente, não adotava essa postura de maior exposição. Depois da Lava-Jato, já não havia espaço para explicar quem somos e de onde viemos. Quando começou a operação Lava-Jato, o grupo UTC, que eu presidia, tinha mais de 30 mil colaboradores. E um faturamento anual próximo a 5 bilhões de reais. O nosso histórico é composto por mais de 1.200 obras de engenharia industrial, duas mil obras de construção pesada, para mais de 300 diferentes clientes. Além das obras que realizamos, além da prestação de serviços na área de engenharia, somos também investidores, integramos o consórcio que explora a Linha 6 do Metrô de São Paulo, um investimento de quase 10 bilhões de reais feito em parceria público-privada. Quando concluída, a Linha 6 transportará mais de 600 mil passageiros por dia. Integramos o consórcio que controla o aeroporto de Viracopos. A concessão foi adquirida em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo por quase 4 bilhões de reais, um ágio de 159% do valor mínimo. Viracopos é um dos aeroportos que mais crescem no Brasil, é o segundo principal terminal de cargas do País e o transporte de passageiros vem aumentando de maneira significativa nos últimos anos. A UTC, nossa empresa de engenharia, nasceu em 1974, para trabalhar especificamente nas áreas de óleo, gás e petroquímica. A primeira obra da qual tomou parte foi o Polo



Petroquímica de Camaçari, inaugurado em 1975. Quarenta anos atuando em óleo e gás, deu experiência e reconhecimento à UTC. Em 40 anos, período em que o Brasil teve 8 diferentes governos, a UTC trabalhou em 10 das 11 refinarias de petróleo existentes no Brasil, montando e reformando. Construiu as primeiras plataformas de petróleo existentes na Bacia de Campos, onde trabalhou em metade das mais de 60 plataformas de produção existentes. Em 2013, construímos a maior das plataformas em atividade, a P-55, com capacidade para produzir 180 mil barris de petróleo por dia. Em 1992, o controle da UTC trocou de mãos, foi vendida para a OAS, de onde eu era diretor. Em 1996, a OAS decidiu vender a UTC, e eu e dois diretores da casa resolvemos comprá-la. A história da UTC é dona de um acervo admirável e de uma experiência única. Passou a se confundir então com a minha história. A UTC tem uma atuação destacada em diversos segmentos, principalmente na área de petróleo e gás, petroquímica, terminais, dutos, geração de energia, siderurgia, papel e celulose, metalurgia, construção e manutenção industrial. Nós últimos 20 anos, valendo-se dessa excelência, a UTC tem trabalhado muito. Assinou nesse período 393 contratos com a PETROBRAS, sem qualquer conexão com a política. Para dar um exemplo dessa desconexão, a UTC assinou 169 contratos com a PETROBRAS no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; no Governo do ex-Presidente Lula, foram 151 contratos com a PETROBRAS; e 73 contratos assinados durante o Governo Dilma. Mais um exemplo de desconexão da nossa história de crescimento com a política. No período que coincidiu o primeiro Governo Fernando Henrique, o nosso faturamento médio anual equivaleu a 3,06% do investimento do PETROBRAS; no primeiro Governo Lula, de foi 2,79%; e, no primeiro Governo Dilma, 2,55. Estável percentualmente, o nosso faturamento em termos absoluto subiu ao longo dos anos, e subiu porque o faturamento das empresas de óleo e gás acompanha de maneira quase linear a curva de investimentos da PETROBRAS. Segundo dados do DIEESE, o peso do setor de óleo e gás no Produto Interno Bruto saltou de 3% no ano 2000 para 13% em 2014. Em 2013, a PETROBRAS investiu 104 bilhões de reais em obras e equipamentos, mais de 1 bilhão de reais a cada 3 dias. Antes dessa crise, a PETROBRAS era responsável sozinha por 12% de todos os investimentos feitos no País. Quando o investimento da PETROBRAS sobe, o faturamento das empresas de óleo e gás, prestadoras de serviços, sobe junto;



quando a curva de investimento cai, o faturamento também cai. A PETROBRAS dá as cartas, os fornecedores só acompanham. E o que faz a curva de investimento da PETROBRAS subir ou descer? São vários os fatores, mas, sobretudo, a curva de variação do barril de petróleo. Quando o barril de petróleo sobe, os investimentos da PETROBRAS sobem junto; quando cai o barril, reduzem-se os investimentos. É só cruzar os dois dados para perceber que é uma curva siamesa. Todos os episódios recentes sobre investigação, o período analisado pela Operação Lava-Jato coincide que a fase de forte elevação do barril de petróleo. Os preços do barril de PETRÓLEO dispararam a partir de 2004, os investimentos da PETROBRAS subiram junto. Trabalhamos muito na UTC, e trabalhamos bem. O nosso corpo técnico é elogiado pelos clientes e pela concorrência. Nossa engenharia é motivo de orgulho e um diferencial competitivo. Desde meados do ano passado temos dedicado tempo e energia para que a UTC, além de excelência técnica e capacidade de gestão, possua uma forte área de *compliance*. São muitas as pessoas envolvidas diretamente nesse trabalho. A UTC decidiu contratar uma empresa independente para gerir o canal de comunicação por onde podem circular anonimamente as denúncias feitas pelos funcionários, por fornecedores, parceiros e clientes. *Compliance* e governança corporativa são, ao lado da nossa engenharia, as minhas preocupações centrais. Sou uma empresa admirada e respeitada. A UTC recebeu diversos prêmios em sua história. Prêmios de tecnologia, prêmios de qualidade, prêmios de recursos humanos, prêmios de meio ambiente, prêmios de toda sorte. Não apenas os clientes gostam do que fazemos, nossos colaboradores também gostam. A UTC recebeu, por oito vezes, o prêmio de melhor empresa na gestão de pessoas da revista *Valor Carreira*, uma das mais prestigiadas do setor. Quero dizer com isso que a UTC cresceu graças a uma vida de trabalho. Sua história não foi escrita nem se alicerça em atitudes que tive de forma irregular. As pessoas que lá trabalhavam e trabalham são absolutamente honestas e não têm qualquer responsabilidade pelos meus atos. Em novembro do ano passado, fui preso, fui recolhido à Polícia Federal, em Curitiba, onde permaneci 167 dias. Saí por força de um *habeas corpus*. A partir de 14 de novembro, a minha vida nunca mais foi a mesma. Aliás, jamais será a mesma. Aquele homem que entrou na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, não existe mais. Aquele homem está escrevendo uma



nova história. Alguns dirão que essa nova história não apaga a velha história. E não apaga mesmo. Sou o primeiro a reconhecer isso e da maneira mais dura que existe, falando sobre o que aconteceu. Como é do conhecimento de todos, fiz um acordo de colaboração com a Procuradoria-Geral da República, no qual relatei episódios que acabariam mudando completamente minha vida pessoal e profissional. Episódios que interferiram na vida de todos aqueles que confiaram em mim profissionalmente. Episódios que interferiram na vida das pessoas que eu mais amo: a minha família. Falei sobre o que vi e vivi. Não acho justo construir respostas baseadas em suposições. O instituto da colaboração divide os estudiosos sobre o assunto. Deixo essa discussão para os juristas. Sobre a minha adesão ao instituto, tenho a obrigação de dizer que colaborei com as autoridades de forma espontânea, com um processo gradual e doloroso. Revisitei e descobri e descrevi momentos desabonadores, não apenas para as pessoas que eventualmente eu tenha citado, mas desabonadores para mim, para a minha história. Colaborar é resultado de uma mudança. Mudança que não é resultado de pressão, mas uma mudança que veio de dentro para fora. Não quero me vender aqui como herói. Esse papel não me cabe. Tive a oportunidade de não pagar, quando me cobraram o primeiro vintém, só que, em vez disso, aquiesci e paguei. Expus às autoridades as minhas verdades dos fatos. Sei que as minhas palavras, meus relatos, meus documentos deixam muita gente em posição desconfortável. Alguns dos citados, entre os quais me incluo, se envolveram com uma sequência de fatos, um levando ao outro. Por mais que me sinta injustiçado, ao ganhar um protagonismo que não tenho e que nunca tive, não usei o expediente da colaboração para quaisquer ajuste de contas. Uma coisa é colaborar, é contar a verdade, é lembrar, com dor e uma elevada dose de embaraço, passagens que integram minha trajetória. Isso eu fiz. Outra muito diferente é praticar vinganças, valer-se do instituto jurídico para distorcer os fatos, protegendo amigos e atingindo desafortunados. Isso eu não fiz. Como empresário, não tenho lado na política, não tenho partido, sempre trabalhei para defender os interesses da minha empresa. Como as investigações descobriram e a imprensa trouxe a público, instalou-se na PETROBRAS uma estrutura envolvendo muita gente. Eu convivi com ela. Para que a UTC continuasse a crescer, para que a UTC continuasse a fornecer seus serviços para a PETROBRAS, estava claro que



teríamos que contribuir financeiramente. A UTC vinha trilhando uma trajetória vencedora. Eu não achava justo nem estava disposto, naquele momento, a permitir que a trajetória vitoriosa fosse interrompida. Todo empresário sabe que pagar uma vantagem a alguém pode não render nenhum benefício, recusar-se a fazê-lo ou denunciar quem pediu a vantagem pode trazer consequências danosas. As coisas se complicam quando aqueles que pedem vantagem controlam os postos de comando do seu principal cliente. Pequenas propinas e grandes propinas são semelhantes na origem e são solicitadas por pessoas que ameaçam prejudicá-lo ou deixá-lo seguir em frente, sempre deixando claro que só há dois caminhos, o do céu e o do inferno. Duas coisas tornam meu caso especial. Primeiro é a escala, os valores elevados. Os números apresentados pelos investigadores da Lava-Jato não deixam dúvidas sobre a dimensão que esse caso alcançou. Uma segunda diferença existe, que é a que me coloca aqui diante das senhoras e dos senhores hoje. Ela diz respeito a minha decisão de fazer algo errado, de negociar com pessoas durante esses anos todos. Em vez de ficar de fora, paguei. A cada contrato, um pagamento. Não queria correr o risco de ver as coisas mudarem. Com o tempo, as regras eram aplicadas de maneira tão automática, que, embora desgostasse daquilo, seguia de forma quase natural. Outro dia, fiquei pensando no que aconteceria na vida real se eu adotasse o caminho diverso, se comparecesse a uma delegacia para denunciar. Na visão que eu tinha à época, isso significaria assinar a sentença de morte da minha empresa. O medo de jogar fora uma vida de trabalho, a responsabilidade por milhares de vidas envolvidas nos projetos e nas obras, me levaram ao silêncio, à passividade e ao erro. O medo iguala a vítima ao algoz. Todos acabam parecendo parte de um mesmo grupo, de um mesmo bloco de interesse. Tentar desmontar as peças separando os papéis de cada um fica muito mais difícil depois que estoura o escândalo. Por mais injusto que seja, homens de bem que se calam e aceitam o jogo acabam confundidos com os próprios jogadores. Alguém poderá desconfiar do que digo, poderá dizer que não foi o medo que me levou ao silêncio, mas sim a possibilidade de favorecimento empresarial. Evidentemente que havia vantagens em manter a engrenagem andando daquela forma. Isso não afasta a vontade de que tudo fosse diferente. Vale aqui registrar algo que em geral fica esquecido, que eu mesmo esqueci: empresas como a PETROBRAS são chamadas de estatais, não de



governamentais. Elas pertencem ao Estado, não ao Governo. Cabe ao Governo geri-las com respeito e solenidade. Ao longo dos seus mais de 60 anos, a PETROBRAS se tornou uma das maiores empresas do mundo, referência em seu setor. Nunca é demais dizer que ela é responsável pela maior descoberta de reservas petrolíferas da última década. Virou campeã mundial em exploração de águas profundas. Tudo isso graças a um corpo técnico altamente capacitado e digno, motivo de orgulho para a engenharia nacional e para o povo brasileiro. O problema não é a PETROBRAS, o problema são as pessoas. Diante de uma situação em que o certo e o errado estavam à minha frente, optei pelo caminho errado. Cedi aos pedidos, paguei. Paguei pelo que eu entendia ser o meu direito de continuar a trabalhar, o direito de continuar meu negócio, um direito que deveria ser garantido sem contrapartidas a todo e qualquer cidadão, mas que no meu caso não foi. Faço questão de deixar aqui registrada uma mensagem positiva. Faço questão de dizer que, na maior parte das vezes, por mais que as pessoas não acreditem, a relação que mantive com o poder público foi bastante civilizada. A maioria dos políticos e a maioria dos governantes com quem convivi é honesta. Esse episódio é uma distorção que envergonha a todos em geral e a mim em particular. Como é do conhecimento das senhoras e dos senhores, o termo de colaboração que assinei com a Procuradoria-Geral da República contém diversos capítulos, os chamados anexos. A soma dos anexos constitui tudo o que eu tinha para dizer sobre os episódios que testemunhei. Alguns desses anexos tiveram seu sigilo levantado na semana passada. Outros, no entanto, permanecem resguardados por decisão do Poder Judiciário. Essa situação híbrida por si só já faria com que meu depoimento nesta CPI criasse uma situação inadequada. À primeira vista, os anexos podem parecer estanques, mas de alguma forma acabam se misturando. Uma coisa leva a outra. Ao falar de um assunto sem sigilo, correria o risco de fazer referências a assuntos protegidos pelo sigilo. E, como é do conhecimento das senhoras e dos senhores, se eu falar sobre temas sigilosos coloca em risco a minha colaboração. Além disso, tenho o direito constitucional de manter-me em silêncio diante das perguntas que me forem formuladas, lembrando que já colaborei com as autoridades no esclarecimento de todos os fatos que protagonizei, ou dos quais tomei conhecimento. Esse direito previsto na Constituição está reafirmado no provimento



dado pelo Supremo Tribunal Federal aos *habeas corpus* impetrados por meus advogados. Aproveito para reafirmar o meu respeito profundo por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, a partir deste momento, informo que adotarei a todas as perguntas uma mesma resposta, padrão, para justificar o silêncio que a Constituição me assegura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Ricardo Pessôa, esta CPI recebeu, através da sua defesa, pedido, o Supremo Tribunal recebeu também, através de petição jurídica, para que esta reunião fosse feita de maneira reservada.

O posicionamento que temos tido desde o início dos trabalhos desta Comissão é realizar sempre reuniões abertas. Eu indago a V.Sa. — este é um mecanismo que este Presidente detém como instrumento para trabalhar e a CPI poder obter informações —, quanto a essa decisão que o senhor aqui explicou nessa sua fala inicial de não responder às perguntas, se nós transformarmos a reunião em reservada, em secreta, apenas com a participação da sua defesa e dos Parlamentares, se o senhor se compromete a responder a alguns questionamentos, perguntas de Parlamentares, porque nossa obrigação é procurar, acima de todos os outros interesses, obter informações de todos aqueles que aqui são convocados.

Então, indago a V.Sa. se, se transformarmos esta reunião em reservada, se dispõe a colaborar com nosso trabalho.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Sr. Presidente, com todo o respeito, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. me concede uma fala antes do Relator, com a permissão de S.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, é sobre o funcionamento desta reunião ou sobre casos a serem discutidos futuramente? Se for sobre o funcionamento, eu lhe darei a palavra, se não for, peço a devida vênua a V.Exa. para tratarmos do caso em outro momento. Nós temos mais de 40 Parlamentares inscritos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na verdade, é sobre o funcionamento, a partir de publicações que foram feitas pela advogada do



depoente acerca dos trabalhos desta CPI. Eu acho interessante que deixemos claro que o objetivo da Comissão é a investigação.

V.Exa. pergunta ao depoente se, se fizéssemos uma reunião secreta, ele se disporia a falar. Ele disse que não, que não fala. Em publicação de hoje pela imprensa, a advogada, que acredito que seja a que está aqui, Carla Vanessa, teve uma atitude desrespeitosa com esta CPI, quando insinuou, por exemplo, que este seria um espaço, digamos assim, de exposições. Eu vou pegar o termo mais específico, “de aparições e exibicionismos”.

Eu quero dizer à advogada que não quero ouvi-la, mas apenas fazer o registro, Presidente, de que esta Comissão tem como objetivo a investigação, tanto que V.Exa. faz a ressalva quando pede reunião secreta. Ou seja, nós queremos investigar um caso que está à tona. Nós temos informações sobre desvios milionários e até bilionários investigados pela Operação Lava-Jato. Aí nós temos uma defesa que tenta desqualificar os trabalhos desta CPI. Isso é algo que nós não podemos aceitar. A CPI tem um objetivo. Eu acho que críticas pontuais a um ou outro Parlamentar todo mundo pode fazer, e é natural que faça. Agora, insinuar que a CPI é um palco de exibicionismo é inaceitável e inadmissível, Presidente.

Eu queria fazer esse registro e deixar o meu repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero assinar embaixo da declaração de V.Exa. e dizer que, ao receber essa petição, não só o Supremo Tribunal Federal assim anuiu, como nós já havíamos decidido que a CPI seguiria o seu rito normal. Não estou aqui para criticar nem para elogiar a defesa de quem quer que seja, mas para defender o bom funcionamento da CPI. É isso que V.Exa. acabou de fazer, e tem nosso total apoio e nossa total deferência. Não admitiremos, de maneira alguma, que haja qualquer tipo de interferência sobre nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Ricardo Pessoa, a UTC, no ano de 2014, doou cerca de 50 milhões de reais para as campanhas eleitorais. A UTC doou para 27 partidos políticos — PT, PSDB, DEM, Solidariedade, PSB, PMDB. V.Sa., aqui, poderia explicar o que a motivou a fazer essas doações eleitorais a 27 partidos políticos?



O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Sr. Relator, Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No relato que V.Sa. fez ao iniciar esta sessão, deixou muito claro o papel que a empresa UTC teve de importância e o trabalho que ela executou para este e para outros Governos. A UTC trabalhou para a PETROBRAS no Governo do PT, do PSDB e de outros partidos. E disse que nesse período a empresa UTC acabou negociando com pessoas nesses anos todos. O que foi diferente das negociações atuais para as negociações do passado?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito, Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, seguindo o mesmo procedimento dos depoentes anteriores, em que o depoente opta pelo silêncio, e isso não trará nenhuma contribuição a esta Relatoria, eu vou depois enviar à Taquigrafia as perguntas que faria, e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Eu fico bastante frustrado, Sr. Ricardo Pessôa, porque vemos sua figura de grande *capo* naquela fotografia, e hoje vemos uma pessoa mais abatida e até, pelas suas palavras, arrependida. Mas seu arrependimento não vai trazer de volta o que o senhor tomou do Brasil. Nunca vai trazer de volta.

O senhor foi chefe de um cartel. Uma das perguntas que eu gostaria de fazer para o senhor... E na identificação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, o senhor foi o chefe do cartel das empreiteiras. Se não estava entre os maiores faturamentos entre as empreiteiras, quem lhe deu a autoridade de chefe? É a pergunta que estou fazendo para o senhor.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou exercer o direito constitucional de permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Há quantos anos o senhor conhece o ex-Presidente Gabrielli, da PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Sr. Gabrielli voou com o senhor no seu avião particular quantas vezes?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu vou apresentar um requerimento para aprovação da CPI, independentemente de ser seu integrante, de informação dos passageiros que voaram no avião do Sr. Ricardo Pessôa, porque acho esse dado importante para ser acrescentado na colaboração premiada dele.

Eu acho que os 51 milhões de reais a que o senhor está sujeito à multa são um “pixuleco” perto do que tomou do Brasil. Eu sou de Itaboraí, que vive o desemprego e a desgraça, assim como Abreu e Lima. Eu não sei se o senhor participou, mas — o cartel como um todo participou — disso não tem ideia. Talvez ache que seu sofrimento é grande, mas o senhor causou sofrimento a muitas famílias trabalhadoras, a sonhos de pessoas, que investiram. E hoje o senhor está aqui arrependido, com advogados que desqualificam a CPI, como disse a Deputada Eliziane Gama. Realmente, é uma situação muito delicada.

O senhor disse que a PETROBRAS foi a campeã mundial no descobrimento do pré-sal, mas o senhor ajudou a PETROBRAS a também ser a campeã mundial da corrupção, através de um pequeno grupo de funcionários corruptos que operam até hoje na empresa. Vou fazer uma pergunta para o senhor, e vou apresentar um requerimento a esta CPI. Eu acho que estaríamos andando na frente da Operação Lava-Jato. Isso que vou apresentar ainda não apareceu, talvez apareça nas próximas fases da Lava-Jato. Vou fazer a pergunta ao senhor, Sr. Ricardo Pessôa: o senhor já forneceu equipamentos para a PETROBRAS, além das obras que fez?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Barusco da área de material da PETROBRAS chama-se Marco Aurélio da Rosa Ramos. Ele ficava abaixo do Renato Duque. O Barusco era da área de engenharia e serviços e ele era da área de material. A compra de material para as refinarias era feita pelo Marco Aurélio da Rosa Ramos. No momento em que Marco Aurélio entrou na área de material, trouxe para si o cadastro da PETROBRAS.



Sr. Presidente, estou trazendo isso hoje porque vimos recebendo denúncia, ao longo dos requerimentos que apresentamos e dos contratos que nós estamos recebendo. Essa coisa talvez seja muito simples, mas, para nós, é complicado aprender isso. Quer dizer, demorar-se para chegar a um resultado deste parece ridículo, mas, diante do que temos de informação, às vezes é difícil chegar a uma coisa tão fácil, como esse nome. Sabe há quanto tempo essa figura, que representou o Renato Duque, que nós não trouxemos a esta CPI, está à frente da parte de compras de material da PETROBRAS? Há 13 anos. E eu duvido que esse Marco Aurélio da Rosa Ramos não tenha intimidade grande com o Sr. Ricardo Pessôa. Ele é o Barusco da área de material, é o protegido. Ele operou e substituiu o Renato Duque.

Ele, por exemplo, Sr. Presidente... Conto um dado muito interessante: o cadastro da PETROBRAS caía automaticamente. Eu não tenho dúvida de que as empreiteiras tenham se beneficiado disso. Nós já tivemos depoimentos e sabemos, por exemplo, que em Abreu e Lima e no COMPERJ eram chamadas para as obras só determinadas empreiteiras, comandadas pelo Sr. Ricardo Pessôa.

Então, eu, sem querer desmerecer todo o seu trabalho de vida e o histórico técnico da sua empresa, porque não sou técnico, quero dizer ao senhor, como cidadão brasileiro, que não me convence essa sua posição. O senhor deveria aproveitar este momento, se está tão corajoso, para assumir, diante da sua família, do povo brasileiro, para falar para o povo brasileiro. O senhor não vai ter outra oportunidade para falar para a imprensa, para dizer o que não disse ainda. Eu duvido que o senhor tenha dito tudo que sabe. Entre para a história do Brasil.

Nobre advogada, com todo o respeito à senhora, a senhora diz que é exibicionismo. A senhora já foi ao Bairro de Itambi em Itaboraí? A senhora já sentiu revolta por alguma coisa na sua vida? É difícil. Nós nos sentimos revoltados. Cidades tiveram sonhos quebrados pela ganância do empresariado comandado pelo seu cliente, segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Agora, 51 milhões de reais de multa? O senhor deu um avião como garantia da multa.

Eu pergunto: se o Pedro Barusco, que era um simples gerente, se propôs a devolver 97 milhões de dólares, o senhor, como empresário, se propõe a devolver quanto ao Brasil? Eu faço esta pergunta ao senhor: quanto é justo o senhor devolver



ao Brasil? Se o senhor está com todo esse desprendimento pessoal em relação a sua família, a sua história, quanto o senhor acha justo devolver ao Brasil? Eu faço essa pergunta ao senhor. Eu sei o que o senhor tirou do povo de Itaboraí e do Brasil. Quanto o senhor acha justo devolver ao Brasil?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Reservo-me o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Ricardo Pessôa, é a primeira vez que eu participo de uma CPI e, entendendo e respeitando até a idade do senhor, eu quero dizer que nós ouvimos a sua história — o senhor teve o direito de falar. Constitucionalmente, o senhor tem direito de ficar calado, mas também, numa democracia, o senhor tem o direito de ouvir. Eu acho que, se o senhor se apresenta com esse conceito novo de vida, o senhor devia realmente falar a verdade e repensar os seus depoimentos, porque — pode ter certeza — o Ministério Público e o Dr. Sérgio Moro... Os cruzamentos que vêm por aí ainda não terminaram. E a delação premiada do senhor, por exemplo... Como talvez uma simples informação...

Eu não sei por que defendem o Presidente Gabrielli. Há quantos anos o senhor conhece o Presidente Gabrielli, lá da Bahia, o senhor que é da Bahia? Há quantos anos o senhor o conhece?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Reservo-me o direito, Excelência, de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Ele foi Presidente da PETROBRAS. Ele esteve aqui dando uma aula de como fez a PETROBRAS ser a terceira ou a oitava empresa do mundo, mas não deu tempo. Ele saiu antes de dizer como a 416ª chegou a ser a oitava. Hoje é a 416ª. Da corrupção que ele presidiu... E, quando veio aqui, ele disse: “A *PETROBRAS* é isto, isso e aquilo. Fizemos isto. Investimos isto e aquilo”. Não deu tempo de ele dizer para onde apontou a empresa.

Eu vou terminar as perguntas, apesar de o senhor não querer respondê-las.

A sua capacidade de organização é notória. O senhor detalhou isso nas planilhas de propina que existem no processo. E eu perguntei ao senhor quem lhe conferiu autoridade, já que o senhor não era o maior... O senhor comandou a Odebrecht. O senhor era o líder da Odebrecht, que era maior que o senhor; o senhor era líder de outras empresas, que eram maiores que o senhor. Quem dava essa



autoridade ao senhor? Eu pergunto: quando fez seu primeiro depoimento à Polícia Federal, o senhor negou tudo. Disse que estava se confundindo cartel com mercado. O senhor venceu uma licitação da PETROBRAS no COMPERJ, Sr. Ricardo Pessôa. O senhor nunca mais vai voltar a Itaboraí. O senhor não vai voltar àquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Altineu Côrtes. Seu tempo está encerrado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Vou concluir, Sr. Presidente.

No cartel, o senhor tomou conta de 11,5 bilhões de reais. Quem estava por trás disso? O Gabrielli sabia da corrupção lá no COMPERJ? Essa é a última pergunta que quero fazer ao senhor.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Com base no princípio da igualdade — nós ouvimos outros depoimentos nesta Comissão, inclusive em Curitiba, em que o depoente se utilizou do direito constitucional de ficar calado. O Sr. Ricardo Pessôa já disse algumas vezes que vai permanecer calado. Nós damos a sugestão a V.Exa. e ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, de dispensar o depoente, já que ele vai permanecer calado.

Ele leu, em introdução, o depoimento dele. Agora diz que vai usar seu direito constitucional e sagrado de ficar calado. Eu acho que seria adequado a esta Comissão liberar o depoente e chamar outro, até para darmos andamento aos trabalhos. Esta Comissão vai ouvir vários depoentes. Há várias pessoas importantes aqui que podem acrescentar conteúdo aos trabalhos desta CPI.

Acho que o que o Sr. Ricardo Pessôa falou se encontra nos autos. Ele já fez a delação premiada. Está público e notório o que ele falou. Acho que isto é degradante. Acho que o calvário por que o Sr. Ricardo Pessôa passou já é uma



grande lição para ele. Então, acho que ficar execrando a figura dele, e ele dizendo que vai ficar calado, não vai levar a canto nenhum a CPI.

Então, nós damos a sugestão, Sr. Presidente, de liberar o depoente e chamar o próximo, para darmos prosseguimento a esta CPI tão importante para o País.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nós já tivemos muita experiência na CPI com os convocados que ficam calados, que usam o direito de permanecer calados. Mas também tivemos muitas experiências aqui e em Curitiba em que o convocado às vezes se sensibiliza com uma ou outra pergunta e fala. Aliás, eu senti no Sr. Ricardo Pessoa vontade de falar na primeira pergunta. E ele foi certamente orientado pela advogada, que mandou até um bilhete para ele: "*Permaneça calado*". Pode ser que, em outros assuntos e feitas as perguntas da maneira apropriada, ele venha a contribuir.

Então, eu peço que continuemos, porque é direito dos Parlamentares, inclusive dos convocantes, perguntarem ao Sr. Ricardo Pessoa, respeitado o direito de ele permanecer calado, obviamente.

Então, eu peço a V.Exa. que dê sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tenho meu posicionamento, nós já deixamos isso aqui claro em outras ocasiões, e, para que possamos evoluir de maneira mais produtiva, aos Parlamentares que desejarem fazer perguntas, vamos deixar a oportunidade de fazer; os que não desejarem fazer, declinam; e seguimos com o trabalho, fazendo o apelo. Já foi visto aqui que o Sr. Ricardo Pessoa não irá responder a nenhum dos questionamentos. Isso já é sabido por todos. Cabe a cada um insistir da maneira que entender necessária para que ele possa corresponder, já estando previamente avisado que não irá responder a nenhuma das perguntas.

Vamos seguir com a ordem de inscrição.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, serei muito rápido. Eu sugiro, como fizemos em Curitiba, limitar um tempo para todo mundo falar. Isso agiliza. Vamos seguir o mesmo trâmite com os outros depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos fazer um apelo aqui, entendendo que cada um terá a maturidade necessária para compreender que a CPI se depara mais uma vez com uma situação que trava o nosso trabalho, impossibilitando obtermos novas informações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, quero apenas deixar registrado que a questão de ordem dos dois Parlamentares encontra eco naquele que vem sendo o procedimento da CPI. Então, para que não seja também uma reunião apenas de discurso, nós poderíamos realmente estabelecer um critério de objetividade aos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, com todo o respeito ao Relator, nobre amigo e Deputado Luiz Sérgio, a questão aqui não é discurso. Estamos aqui diante de um depoente que já deveria ter estado nesta CPI, pessoa central da Operação Lava-Jato, tida como chefe de cartel. O povo brasileiro tem o direito, dentro do tempo que V.Exa. permitir, como foi feito em Curitiba, de ouvir pelo menos os questionamentos. Nós ouvimos o Sr. Ricardo Pessôa por 20 minutos! Então, não é questão de discurso, mas de perguntar e falar para ele o que muita gente do Brasil gostaria de estar aqui falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei seguimento.

Deputado Valmir Prascidelli, V.Exa. é o próximo Sub-Relator. Eu lhe concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer uma observação com relação aos trabalhos desta CPI. Não vou julgar a tal espetacularização ou exibicionismo de cada um dos Deputados. Cada um atua evidentemente da forma que acha que deve. Não nos cabe fazer qualquer tipo de julgamento. Agora, é fato que os trabalhos desta CPI já atingem em torno de 7 meses e que, em alguns momentos, ela fica restrita às decisões, digamos assim, do Supremo Tribunal Federal e do Juiz Sérgio Moro especificamente. Em alguns momentos já falamos disso aqui.



Muitas vezes os depoentes que podem fazer algum relato que pode colaborar com o relatório desta CPI, com os trabalhos desta CPI, com a conclusão deste trabalho de forma propositiva, acabam ficando calados, não contribuindo com os nossos trabalhos.

Ao mesmo tempo, é público e notório que os trabalhos desta CPI seguem evidentemente atrás, pelas circunstâncias, do trabalho da chamada Operação Lava-Jato. O que seria efetivamente nosso papel constitucional é encaminhar os relatórios desse trabalho ao Ministério Público e à Justiça para tomarem providências quanto aos eventuais ilícitos de pessoas. Mas eles seguramente ficarão deficitários, no mínimo, ou não serão cumpridos adequadamente, porque, repito, é público e notório que estamos caminhando um passo atrás dessas investigações.

Eu creio que também o que move muitas vezes os Deputados é o debate político, que é próprio desta Casa, a disputa política, que é natural e desta Casa. Os Deputados, evidentemente, carregam mais ou menos nas tintas, de acordo com a intenção político-partidária de cada um. Nós já ouvimos aqui elogios a réus confessos, já ouvimos aqui diversas questões.

E não estou, repito, julgando nenhum Deputado. Estou fazendo estas observações para continuar reafirmando uma coisa que já disse em Curitiba, outros Deputados também, e em outras ocasiões: nós precisamos buscar um caminho de apontar em nosso relatório, produzido pelo Deputado Luiz Sérgio — e há outros Sub-Relatores, entre os quais me incluo —, além do objetivo central do nosso trabalho, alguns instrumentos legislativos, para que as próximas CPIs possam ter melhor eficácia e eficiência nos seus trabalhos.

Segundo, precisamos chegar a um momento de reflexão sobre se os trabalhos aqui darão mais frutos ou não, porque não se trata de trazer aqui depoentes — e eu sei que nós temos ainda um conjunto de requerimentos a serem aprovados, e outro que foi aprovado, e cujas oitivas ainda não foram feitas —, mas nós precisamos também ter a seriedade ou a avaliação, repito, de cada um, para saber qual é o momento de avaliarmos se não é o caso de fazer a conclusão deste relatório.

Nesse sentido, passo então a fazer pelo menos uma ou duas perguntas ao depoente, que já disse que vai ficar calado. Mas me chama a atenção, Sr. Ricardo



Pessoa, o seguinte: o senhor fez um relato próximo de 20 minutos sobre a história da sua empresa, do papel que, segundo V.Sa., ela desempenhou na atuação com a PETROBRAS. Também relatou que sua empresa atua em Governos de Estados e até citou que empresas estatais não são empresas do Governo. Isso serve para a PETROBRAS como serve para todas as empresas do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais.

Eu queria ouvir de V.Sa. se esse chamado “cartel”, cuja chefia, coordenação ou comando lhe foi atribuído, conforme divulgado pela imprensa, também se dá em outras empresas, seja do Governo Federal, seja do Governo Estadual em que sua empresa tem atuado.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito a V.Exa., vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A segunda questão que eu queria ouvir de V.Sa. é com relação às doações aos partidos políticos e aos candidatos. Eu tenho uma relação aqui enorme de doações feitas pela sua empresa — como já foi dito aqui, talvez sua empresa tenha feito doação a mais de 20 partidos —, talvez a diversos candidatos a Deputado, inclusive a alguns que foram eleitos, a Governadores, a Senadores, enfim. V.Sa. fez para todos doações oficiais e extraoficiais ou V.Sa. fez a alguns doações oficiais e extraoficiais?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Por último, eu queria saber de V.Sa., que se referiu a essa questão no seu pronunciamento: V.Sa. disse que muitas vezes doação não significa benefícios a um funcionário público, a alguém que ocupe cargo de relativa importância. V.Sa. disse que fazer doação talvez não signifique benefício, mas que não fazer pode significar punição. Eu queria que V.Sa. também dissesse se em todos os órgãos em que sua empresa trabalha aconteceu ou acontece isso, ou seja, essa pressão no empresariado.

Antes de V.Sa. responder, eu quero até dizer os motivos dessa pergunta. Os motivos não têm a ver com a Operação Lava-Jato. O motivo pelo qual eu estou te fazendo essa pergunta é exatamente pelo debate político que concretizamos numa lei ordinária — mas ainda há uma emenda constitucional em debate —, com relação às contribuições privadas para campanha.



E faço essa pergunta para saber se há evidentemente, segundo a minha ótica, interesse das empresas, ao colaborar, em ter algum retorno. Eu queria ouvir de V.Sa. se acontece isso em todos os órgãos.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou ficar por aqui, em função de o depoente permanecer sem responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Vamos aos autores. O Deputado Bruno Covas já havia dito previamente que, em sendo necessário, falará. Até então, ele abre mão da sua fala.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputadas e Deputados, eu ouvi com muita atenção, Dr. Ricardo Pessôa, o texto que V.Sa. leu pausadamente, um texto muito claro e que faz uma narrativa. E também respeitando o direito constitucional, inclusive compromissos com a própria colaboração premiada, V.Sa. tomou a decisão de ficar silente perante as perguntas feitas pelos Parlamentares.

Então, eu vou apenas pedir, se possível, que V.Sa. faça alguns comentários com relação a alguns trechos do texto que foi lido aqui durante a apresentação do depoente. O primeiro comentário é se V.Sa., em algum momento, sentiu-se constrangido, se houve algum tipo de ação que pudesse constranger V.Sa. na decisão de fazer a colaboração premiada.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito a V.Exa., eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Até porque, no texto, V.Sa. disse que foi uma decisão tomada gradualmente, que foi dolorosa — e nós entendemos, deve ter sido muito difícil —, mas espontânea. E o que teria, então, motivado essa decisão, se V.Sa. puder fazer algum comentário a respeito?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - V.Sa. também falou, elogiando a PETROBRAS — como, de fato, todos nós devemos sempre tê-la em alta



consideração —, que o problema não é a PETROBRAS, mas, sim, as pessoas. V.Sa. poderia estender um pouco algum comentário sobre esse assunto?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito, eu vou ficar em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - E que, a cada contrato, havia um pagamento. Quer dizer, é praticamente um hábito. E talvez, se tomasse uma decisão de denunciar esse hábito, poderia prejudicar a empresa ou não. Quem sabe, não é?

Então, neste momento, o que V.Sa. poderia comentar a respeito dessa afirmação de que, a cada contrato, havia um pagamento?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Ficarei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu teria também aqui muitas outras indagações, que vou encaminhar à Secretaria da Comissão, para que sejam registradas na nossa ata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Os próximos autores seriam um dos Deputados, Onyx Lorenzoni ou Efraim Filho, que não estão presentes.

Então, o próximo autor é o Deputado Ivan Valente. S.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero que anexe o meu tempo de Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. deseja falar primeiro como Líder ou como autor?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou falar como Líder primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem 5 minutos como Líder e mais 5 minutos como autor.

Lembro aqui que o Deputado Ivan Valente não atende ao apelo de fazermos uma fala só (*riso*), já que o depoente não vai responder. Mas S.Exa. está cumprindo regimentalmente o que lhe é de direito. E esta Mesa obedece ao Regimento Interno da Casa. S.Exa. tem 5 minutos pela Liderança do PSOL



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu agradeço, Sr. Presidente. Pelo menos isso, não é?

O PSOL nem sempre é contemplado. Por exemplo, hoje pela manhã, aniversário dos 10 anos de fundação do partido, o Sr. Eduardo Cunha proibiu a transmissão pela *TV Câmara*. Isso aconteceu com o PSOL, de maneira discricionária. E eu quero falar isto aqui para todos ouvirem: nunca aconteceu. Talvez porque o PSOL seja o partido que não recebe das empreiteiras (*riso*), talvez porque o PSOL fale o que muita gente não quer ouvir, certo?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem. Cada um fale do seu. Eu estou falando do meu. (*Riso.*)

Então, desde o primeiro dia aqui, nós colocamos isto. Inclusive, quem recebeu de algumas empresas da Operação Lava-Jato nem deveria estar participando da CPI — é a minha opinião.

Por isso, Sr. Ricardo Pessôa, eu tenho condições de colocar algumas questões, porque acho que a delação de V.Sa. é prolixa. Veja: hoje mesmo, nos jornais, V.Sa. tem sido bastante detalhista na sua denúncia. Eu quero dar dois exemplos. V.Sa. disse que recebeu o tesoureiro do PT, o Sr. João Vaccari, que ele ia lá, que ele não falava, que ele escrevia um bilhete, que ele picava depois o bilhete e depois distribuía em várias lixeiras, que ele era bastante detalhista. Vamos supor que o senhor fale: “*Nós demos dinheiro ao Vaccari, mas ele fez questão de ser bastante detalhista*”.

Hoje mesmo nos jornais, o senhor implicou, de alguma forma, no crime de caixa dois, o Ministro Aloizio Mercadante, que estava presente numa reunião com o senhor, e também o Senador do PSDB, Aloysio Nunes, que também esteve presente com o senhor, no apartamento.

Então, eu vejo V.Sa. falar, na Operação Lava-Jato, com o Juiz Moro naqueles interrogatórios. Como o Sr. Júlio Camargo falou, o senhor falou também. Então, nós estamos assistindo aos detalhes. E tem realmente importância a sua contribuição pelo seguinte: V.Sa. está no centro da questão. Então, como dirigente ungido do que seria o chamado cartel, V.Sa. é uma pessoa de peso na questão. Tanto é assim que V.Sa. listou aqui vários políticos que são importantes. V.Sa. conhece muita gente,



muitos Parlamentares pessoalmente, muitos Senadores e muitas figuras governamentais, além dos da PETROBRAS, logicamente.

Então, eu não sei por que a defesa de V.Sa. adotou a postura de não falar, se V.Sa. está falando. Entende? Sinceramente, eu queria entender, porque é uma forma de V.Sa. confirmar o seu preâmbulo de 20 minutos aqui. Ou seja, V.Sa. colocou a sua trajetória, a trajetória de sua empresa, o que aconteceu na Operação Lava-Jato e na prisão em Curitiba, e a sua delação premiada. Então, eu não veria nenhum problema em acrescentar.

Por exemplo, V.Sa. podia prestar um serviço à Nação brasileira se colocasse o seguinte aqui, por exemplo: uma questão que esclareceria não em relação ao seu processo especificamente, mas em relação ao que isso pode ter de repercussão política. V.Sa. mesmo disse que, desde 1974, sua empresa faz negócios com a PETROBRAS — eu entendi isso na sua fala. Então, desde 1974 para cá foram vários governos, acho que V.Sa. citou sete ou oito governos. Só aconteceu isto no último governo petista ou acontecia antes também, essa questão de estarem viciadas as concorrências? A essa pergunta o senhor poderia responder. Isso não o implica em nada, mas é um grande esclarecimento sobre o papel do financiamento privado. V.Sa. poderia esclarecer isso pelo menos?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito a V.Exa., eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Ricardo, como chefe do cartel, V.Sa. conviveu com todos os empresários. Eu vou ser bem franco. Eu acho o seguinte: não existe corrupção sem corruptos e corruptores, ali junta a fome com a vontade de comer. Ou seja, alguém precisa ser corrompido, mas existe o corruptor, que ganha também.

O Sr. Paulo Roberto Costa esteve aqui e falou o seguinte: “*Empresário não doa, ele investe*”. Então, a questão central que seria uma grande contribuição é a seguinte: se um empresário está interessado em ganhar uma obra, se um empresário está interessado em ter vantagens, ele oferece vantagens. Então, nesse processo que gera corrupção e depois gera a degradação da vida pública e a violência contra o Estado, eu não acho que tenha santos nem nos operadores da



PETROBRAS, nem nos políticos que receberam e muito menos ainda nos empresários. Não existem. Não existem inocentes.

Então, eu não entendo por que V.Sa. pode falar para o Juiz Sérgio Moro e não pode falar para nós aqui. Sinceramente. Qual é a diferença? Tenho colocado nesta CPI que eu convocaria até outras pessoas para falar, que a maioria da CPI não quer convocar. Por exemplo, o Júlio Camargo, seu colega, seria um grande depoente. Eu queria até perguntar a V.Sa. o seguinte: V.Sa. conhece o Sr. Júlio Camargo? Só isso.

O SR. ROBERTO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor conhece o Sr. Jayme Careca?

O SR. ROBERTO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor conhece o Sr. Rafael Ângulo?

O SR. ROBERTO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Youssef?

O SR. ROBERTO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, essas pessoas poderiam prestar esclarecimentos sobre a quem entregaram o dinheiro, em nome de quem. O Youssef disse que o senhor o contratou para pagar caixa dois.

O senhor agora disse que vai permanecer em silêncio. Tudo bem, o senhor pode fazer isso. Mas acho que o serviço está dado já por completo. V.Sa., na verdade, está na verdade atingindo setores inteiro. Por exemplo, V.Sa. doou 7,5 milhões ao PT, mas doou quantidade semelhante ao PSDB, em 2014 inclusive. Eu quero só lhe perguntar uma coisa — se V.Sa. respondesse só a isso já seria uma revolução aqui: o dinheiro que veio para o PT, ou para o PMDB, ou para outro, todo esse dinheiro veio da corrupção, ou é só para um partido que foi para a corrupção?

O SR. ROBERTO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou exercer o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

Então, eu vou dizer a V.Sa. o seguinte: eu também sou engenheiro, sou formado em 1971, pela Escola de Engenharia Mauá. Em 1973, eu já estava na clandestinidade, perseguido pela ditadura militar. Eu só fui colar grau em 1980,



depois de anistiado. Nunca trabalhei como engenheiro. O senhor, em 1973, já entrou no *boom* da ditadura militar, do milagre econômico. Crescia-se 10% ao ano nesse momento. O senhor teve a chance inclusive de se tornar um engenheiro importante no processo todo aí. E acho que V.Sa. até pode ser um bom engenheiro, um técnico qualificado, etc. Mas, ao entrar nesse processo todo, eu acho que V.Sa. acabou entrando numa lógica que está dada dentro da sociedade brasileira, que é a de levar vantagem, essa relação corrupta que existe entre o empresariado e o financiamento empresarial de campanha.

E esta Casa, vergonhosamente, foi capaz de acabar a reforma política e manter o financiamento empresarial de campanha — vergonhosamente! Depois de tudo o que aconteceu, com vocês todos presos e com tornozeleira eletrônica, esta Casa aprovou o financiamento empresarial de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu espero, como o Ministro Gilmar Mendes já devolveu a questão, que o STF resolva de uma vez por todas essa questão, que o Senado vote de vez a PEC e que acabemos com essa relação promíscua, corrupta de empresas com a cidadania e com o financiamento de campanha. Talvez aí seria uma grande contribuição dada à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Júlio Delgado é o próximo autor. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu peço também o tempo da Liderança, e vou usá-lo primeiro, para que possa depois formular as perguntas ao Sr. Ricardo Pessôa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só um minuto, para que eu possa checar o tempo de Liderança de V.Exa. (*Pausa.*) V.Exa. tem até 6 minutos pela Liderança do PSB e, em seguida, mais 5 minutos como autor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ricardo, talvez o que o senhor esteja dizendo na delação e o que eu vou dizer aqui agora sirva para a alegria de muitos e para a tristeza e frustração de alguns, talvez aqueles que verdadeiramente queiram apurar.



O seu termo de colaboração, como o senhor disse, e o que o senhor está se isentando de dizer aqui hoje na CPI pode beneficiar quem tem culpa, prejudicar quem não tem. E o senhor certamente tem responsabilidade sobre o que foi dito. Existe muita gente que eu tenho certeza que o senhor citou na delação desse envolvimento todo de propina, com o qual eu nunca estive envolvido. O senhor coloca gente que pode ser beneficiada por isso futuramente, tendo culpa; e quem não tem culpa, sendo responsabilizado.

Todos nesta Casa, a população brasileira, os mineiros em especial sabem da minha conduta como Parlamentar. Eu estou no quinto mandato como Deputado Federal de Minas Gerais. Desde os meus primeiros dias neste Parlamento atuo de maneira séria, enfática, em defesa da ética e da boa política. Sempre fui intransigente em relação aos valores morais da nossa sociedade e, acima de tudo, mantenho profundo respeito ao mandato que o povo de Minas Gerais me consagrou, para representá-lo no Congresso Nacional.

Notícias publicadas na imprensa em junho, Sr. Ricardo, me colocam indevidamente envolvido em denúncias investigadas por esta CPI. Como já manifestei anteriormente, também em respeito aos princípios que conduzem minha vida e em coerência com a minha própria postura na CPI e no Congresso Nacional, eu vou me afastar desta Comissão. Faço isso porque defendo que todos os Parlamentares citados em investigação tenham essa postura. Defendi isso no primeiro dia, junto com o Deputado Ivan Valente, com a Deputada Eliziane Gama e outros. E depois de junho, citado na investigação, eu pedi licença aos mesmos e à CPI, para que aguardasse a vinda do senhor aqui.

Em nome da minha honra, da honra da minha família, do povo de Minas, antes de deixar os trabalhos da CPI, eu vou fazer algumas perguntas, e gostaria que o depoente pudesse respondê-las. Quero tentar entender o que o levou a fazer acusações infundadas contra mim e ver se o senhor confirma, diante de mim, algumas inverdades que teria dito, segundo informações da revista *Veja*.

A pergunta que eu ia fazer ao senhor, quando o convoquei a esta CPI, era uma mais ou menos parecida com o que disse o Deputado Ivan Valente. A pergunta seria só esta: todos os seus atos e acordos envolvendo autoridades e Parlamentares eram celebrados de maneira fraudulenta? Tudo era oriundo de propina? Sua



empresa não fazia negócios e acordos legais, que não feriam os valores morais da sociedade? Essa seria a pergunta. Esse seria o motivo da convocação.

Como disse também o Deputado Ivan Valente, que agora me provocou mais uma vez a me afastar, é essa maldita legislação eleitoral, a que também votei contrariamente, que faz com que dirigente partidário tenha que ir aos donos de empresas, diretores de empresas. E quando eu fui, não sabia que V.Sa. estava envolvido — e V.Sa. sabe disso. Fui visitar a CONSTRAN e, quando cheguei lá, vi que era a UTC. Estive com o senhor e com outras pessoas — o senhor sabe disso — uma única vez na minha vida, para solicitar dinheiro para o partido, porque um dirigente partidário infelizmente, nessa legislação, tem que fazer isso.

Eu era dirigente partidário, com um partido com candidato a Presidente e a Governador de Estado, presidindo um partido com um número infindável de candidatos a Deputado Federal e Estadual. E fui lá fazer a visita junto com o presidente do partido em Belo Horizonte. V.Sa. sabe disso.

E aí, hoje eu venho. O senhor se recorda da doação de 150 mil reais feita ao PSB de Minas Gerais em 2014? O senhor afirmou em seu depoimento, segundo a revista *Veja*, que havia contrapartidas definidas para que o acordo fosse confirmado. Quais foram as contrapartidas? Sobre que elas foram negociadas naquele dia em que eu fiz a visita, para pedir ajuda para o partido? Eu estou lhe perguntando agora.

Já está no meu tempo de perguntas? *(Pausa.)* Acho que sim. Falta 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sem problema, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou lhe perguntando.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estive com o senhor uma única vez em toda a minha vida. Nunca troquei telefonemas com o senhor, *e-mail*, WhatsApp, nada! Fui apresentado ao senhor naquele dia à tarde. Já mostrei aqui na CPI o dia em que fiz o voo, tudo direitinho, em que fui a São Paulo em companhia do partido de Belo Horizonte, não do Estado. O presidente do partido no Estado era eu, e me incumbia essa triste tarefa de buscar recursos para partidos políticos, essa tarefa com que temos que acabar, de doação a partido político. E eu quero dizer aqui que votei contra ela.



Fui até lá como dirigente partidário. E o senhor disse que ia ver quanto poderia doar. Daí, no dia 5 de agosto, foram depositados, na conta do PSB de Minas Gerais, 150 mil reais. O valor foi distribuído para 16 candidatos. Desses 16 candidatos, poderiam dizer: “Ah, é dobradinha do Deputado Júlio!” Não: 13 eram candidatos a Deputado Federal e 3 a Deputado Estadual. Dezesesseis candidatos receberam essa doação. Nem 1 centavo da sua empresa foi destinado à minha campanha de reeleição para essas eleições. Zero! O que eu estou fazendo, sendo citado nisso? Foi zero, Sr. Ricardo!

Quantas vezes o senhor já esteve ou falou comigo? Quantas vezes o senhor já trocou telefonema comigo? Eu estou lhe fazendo essa pergunta.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Excelência, eu vou ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nunca. Eu te respondo: nunca. Nós nos falamos uma única vez, naquele dia à tarde. Uma única vez, e a minha vida é colocada nesse turbilhão. Nunca intermediei recursos para V.Sa. ou para a PETROBRAS, nem recursos de propina para a PETROBRAS ou para órgão nenhum. Eu não tinha apoio do Governo Federal, não tenho do Governo Estadual. Como é que eu poderia intermediar qualquer tipo de obra para a UTC, para a CONSTRAIN ou para qualquer um?

Nós só estivemos juntos uma vez na vida, Sr. Ricardo, e o senhor sabe disso.

Quais foram as contrapartidas que eu apresentei ao senhor para justificar esse dinheiro de 150 mil? O que exatamente eu fiz para beneficiá-lo?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nunca fiz nada para beneficiá-lo, Sr. Ricardo.

Na CPI da PETROBRAS, a CPMI instalada no ano passado — como foi me cobrado aqui —, eu atuava como Relator de um processo de um Deputado que está envolvido na Lava-Jato. E todos aqui sabem disto, os da Legislatura passada e os que chegaram agora: eu atuava como Relator de um processo de um Deputado envolvido, junto com a CPMI. Votei todos os requerimentos de convocados naquele momento, nunca fui contrário a nenhum.

E ao final, Sr. Ricardo, depois da sua prisão, o Deputado Marco Maia, que era o Relator oficial, apresentou um requerimento, ao qual votei contrariamente. Eu não



só votei favoravelmente, como subscrevi o relatório paralelo apresentado pelo Deputado Carlos Sampaio. Sabe o que dizia o relatório paralelo do Deputado Carlos Sampaio, Sr. Ricardo Pessôa? Ele o indiciava.

Eu subscrevi o requerimento paralelo do Deputado Carlos Sampaio, que o indiciava. Como é que eu posso ter feito gestões para beneficiá-lo na CPMI? No primeiro dia de instalação desta CPI — desta CPI —, eu apresento um requerimento convocando todos os donos de empresas envolvidas, para fazer aquela pergunta inicial que eu fiz ao senhor ali atrás.

E hoje eu corro o risco de ser indiciado e investigado. E estou aqui, diante de V.Sa., tendo que me afastar da CPI por uma conduta moral e ética, porque corro o risco de ser investigado por algo que não fiz. V.Sa. sabe que eu não fiz, sabe que eu não tenho responsabilidade nesse esquema de Lava-Jato, sabe da minha postura e da minha trajetória aqui nesta Casa. V.Sa. sabe disso, não porque me conheceu ou teve contatos comigo; porque conhece a minha história, porque as pessoas que estão com o senhor conheceram e lhe contaram a minha história, a minha trajetória e minha forma de atuar aqui no Parlamento e na minha vida pública.

Eu queria, para terminar, lhe deixar três perguntas. Quem chamou o senhor para participar do esquema da PETROBRAS? Como é que a UTC foi convocada para entrar nesse cartel que V.Sa. presidiu? Quem o convidou?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quais eram os seus contatos na PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como eram entregues e comprovadas essas contrapartidas que vocês faziam no esquema de partilha dos percentuais oriundos da propina advinda da PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essas três perguntas que eu fiz ao final, sabendo que V.Sa. não responderia, são muito claras para dizer que esses



peessoas que fizeram isso têm culpa. O senhor também as colocou na sua delação, mas, ao final, elas podem ser beneficiadas.

Era só isso. Agradeço a todos a compreensão. E talvez seja a alegria de alguns que eu me afaste aqui da CPI por um principio de coerência, que foi o que eu defendi em todo o momento, aqui na CPI e em todos os órgãos da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Celso Pansera. S.Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Ricardo, eu fiz as contas: de 1974 para cá, são oito presidentes, não é? O senhor citou nominalmente três presidentes, com os quais o senhor teria assinado 393 contratos: Fernando Henrique Cardoso, Lula e Presidenta Dilma. Em que momento o senhor poderia ter dito "não" e disse "sim"? Foi nesse período ou foi anterior a esse?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em depoimento prestado à Polícia Federal no dia 14 de setembro, o Sr. Paulo Roberto Costa disse que:

"(...) a particularidade em relação à UTC era que essa empreiteira tinha negócios conjuntos com Alberto Youssef, que tem conhecimento de um hotel em Salvador, Bahia, da Rede Web Hotel, e também um centro empresarial em Lauro de Freitas, também na Bahia, informações que lhe foram passadas pelo próprio Alberto Youssef".

Sobre esse tema, reportagem veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 16 de dezembro, informa que:

"A denúncia aceita por Moro diz ainda que Ricardo Ribeiro Pessoa e João Teive, dirigentes da UTC, e a empregada da empreiteira Sandra Raphael Guimarães dissimularam e ocultaram a de empreendimento imobiliário em Lauro de Freitas (BA), que tinha a GFD, empresa de Youssef, como sócia oculta."

O senhor pode nos relatar a sua relação com Alberto Youssef?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Ministro Teori Zavascki já tinha nos falado, Sr. Presidente, que um dos depoimentos que ele achava que ainda tem muita prova a ser produzida seria a delação premiada do Sr. Ricardo Pessôa. Ele nos alertou naquele momento. E outros que vamos chamar aqui provavelmente vão depor e não vão falar, porque ainda há muita prova a ser produzida a partir dessas delações premiadas.

Nós insistimos e trazemos. Eu acho pedagógico: como diz o Deputado Onyx Lorenzoni, que não está presente hoje aqui, isso demonstra para o público quem são as pessoas. E nós jogamos um pouco de luz sobre isso.

Sr. Ricardo, eu vou lhe fazer uma pergunta mais de cunho pessoal. E vou citar aqui Balzac, que, acho, em *A Comédia Humana*, fala o seguinte:

“O remorso é uma impotência, ele voltará a cometer o mesmo pecado. Apenas o arrependimento é uma força que põe termo a tudo.”

O senhor está com remorso ou está arrependido?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Celso Pansera.

A próxima autora é a Deputada Eliziane Gama. Em seguida, falará o Deputado Aluisio Mendes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente eu queria me dirigir aqui ao Deputado Júlio Delgado.

Pessoalmente, Deputado Júlio Delgado, eu respeito a posição de V.Exa. em pedir para sair da CPI. Mas também quero dizer-lhe, que, em se confirmando, pelo PSB, a sua saída da CPI, isso ensejaria também a saída de outros Parlamentares. E, nesse sentido, quero deixar a V.Exa. o meu posicionamento pela sua atuação intensa nesta CPI em todos os momentos, pelos requerimentos que V.Exa. tem apresentado e por seus posicionamentos coerentes como membro da CPI aqui juntamente conosco.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Obrigado, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Ricardo Pessôa, eu queria fazer ao senhor uma primeira pergunta, já cumprimentando aqui o meu colega Arnaldo



Jordy, que vai utilizar hoje o tempo da Liderança, como um dos membros atuantes da CPI do BNDES.

Sr. Ricardo Pessôa, minha pergunta refere-se à informação que nós tivemos hoje da mídia, divulgada de uma forma ampla, sobre a afirmação que foi feita por V.Sa. ao Ministério Público, de pagamento de 500 mil reais ao Aloizio Mercadante: 250 mil em doação — entre aspas — “legal” e 250 mil em dinheiro, em espécie. E aí nós tivemos posteriormente uma informação do próprio Aloizio Mercadante, dizendo que não era verdade, negando essas informações que foram prestadas por V.Sa. ao Ministério Público. Eu pergunto se V.Sa. reafirma essas informações. E ao mesmo tempo, pergunto também se V.Sa. aceitaria, por exemplo, uma acareação com o Ministro aqui na CPI.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou exercer o direito de ficar em silêncio, Excelência.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ainda nas informações do Ministério Público, por exemplo, consta a presença do Emídio de Souza, Presidente do PT. E nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero informar que nós estamos protocolando, agora à tarde inclusive, a convocação do Emídio de Souza. Ele seria a testemunha ocular dessa negociata de doação que foi feita para o PT de São Paulo.

Outra pergunta. Quando o senhor fez a exposição inicial de 20 minutos, trouxe inclusive detalhes da sua posição e reafirmou, mais uma vez a esta CPI, ter de fato pago propina sob a seguinte argumentação: ou pagava propina ou a empresa não continuaria no mercado. Ou seja, é uma confirmação do que nós já ouvimos aqui várias vezes: os empresários eram submetidos de certa forma ao pagamento de propina, exatamente para continuarem no mercado.

O senhor citou o termo “*consequência danosa*”. Eu queria que o senhor nos explicasse que consequência danosa é essa e quem de fato mandava. Há, por exemplo, os diretores da PETROBRAS, que, naturalmente, era com quem o senhor tinha contato para fazer essa negociação. Essas consequências danosas, essas ameaças eram ditas especificamente pelos diretores da PETROBRAS ou havia um nome político mais forte? Havia uma figura política que fazia na verdade essa pressão, exigindo algo para que as empresas pudessem participar desse esquema,



desse cartel das empresas. E aliás, pelas informações que nós temos, o senhor conduzia esse chamado clube de empreiteiras.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo o respeito, Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua relação com a Presidente Dilma e com o ex-Presidente Lula era uma relação existente, era uma relação próxima? Qual era o tipo de contato que o senhor tinha com o ex-Presidente Lula e com a Presidente Dilma, no momento também como Presidente do Conselho da PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quando o senhor fez um relato, o senhor fez uma citação dos contratos, não é? Por exemplo, o senhor falou que na era FHC foram 169 contratos; com o Lula... Não necessariamente na era do Fernando Henrique, mas o senhor fez um comparativo de períodos. No mesmo período de Fernando Henrique, o senhor fez 169 contratos; com o Lula, 151 contratos; com a Dilma, 70 contratos. Ou seja, parece-me que houve um decréscimo, se você fizer um comparativo do ponto de vista de períodos, se você fizer um recorte, pela exposição que o senhor fez inicialmente. Por que esse decréscimo? Por que o senhor fez uma redução? Por que o senhor conseguiu menos contratos nos governos que se seguiram ao Governo FHC?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só mais uma pergunta. Eu vou aqui repetir a colocação do meu colega Arnaldo Jordy de que o senhor precisaria de mais tempo. Na verdade, “sim” e “não” são as respostas que sempre estão chegando a nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou finalizar, meu Presidente.

Sr. Ricardo, o senhor diz, por exemplo: “A *PETROBRAS dava as cartas, as empresas só acompanhavam*”. A responsabilidade pelo pagamento de propina era imediatamente da PETROBRAS, ou o senhor também admite, por exemplo, que a



responsabilidade era compartilhada entre a Diretoria da PETROBRAS, empresários e representações político-partidárias?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E, mais uma vez, Sr. Presidente, só para finalizar, eu quero reafirmar especialmente ao senhor e a sua advogada, a sua defesa, que nós estamos aqui cumprindo o nosso papel constitucional. A CPI existe para fazer a investigação aprofundada, e nós vamos continuar fazendo o nosso papel, muito embora eventualmente se recorra a alguns elementos que também são constitucionais, são legais, que é o direito de não falar, o direito de continuar realmente calado, mas nós vamos continuar fazendo firmemente o nosso papel.

É inaceitável o que estamos acompanhando hoje no Brasil: tanta propina, tanto pagamento, tanta coisa que a cada momento acompanhamos e que infelizmente tem empobrecido a população brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o próximo orador, Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*
Ausente.

Com a palavra o Deputado André Moura, Sub-Relator, que tem a preferência para falar e que aguardou os autores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa., em seguida, falará como Líder.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - De nada, Deputado Arnaldo Jordy.

Com a palavra o Deputado André Moura, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ricardo Pessoa, V.Sa. confirma o repasse de 2,3 milhões, entre 2011 e 2012, ao Sr. José Dirceu, com a rubrica de consultoria, mas que, na verdade, era para bancar despesas pessoais?



O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Com todo respeito, Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. afirmou que o esquema de corrupção sempre foi de conhecimento do ex-Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli. V.Sa. sabe informar se a então Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, na gestão de Gabrielli, Dilma Rousseff, também tinha conhecimento desse esquema?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma o pedido que o Ministro fez aos advogados da UTC para que V.Sa. não formalizasse o acordo de delação premiada com o Ministério Público, temendo a revelação de nomes do Governo Federal?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor confirma as doações para as campanhas eleitorais do ex-Presidente Lula, em 2006, e da Presidente Dilma, em 2010, que tiveram como origem propina da PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quando o senhor se encontrou com o ex-Presidente Lula fez alguma entrega de dinheiro ao mesmo?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como foi a entrega do dinheiro da propina para as campanhas eleitorais do ex-Presidente Lula, em 2006, e da Presidente Dilma, em 2010?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sabendo da sua delação premiada, a Presidente Dilma Rousseff fez uma reunião com os Ministros Edinho Silva, Mercadante, José Cardozo e disse — palavras dela, publicadas na imprensa: “Eu



não vou pagar pela merda dos outros". A quem ela se referiu ao ter feito tal afirmativa?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Ela se referiu ao senhor ou a alguém especificamente? A alguma outra pessoa especificamente?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Considerando os motivos de sua prisão e o conhecimento do esquema de corrupção na PETROBRAS, que ocasionou a Operação Lava-Jato, o senhor pode afirmar se o ex-Presidente Lula tinha conhecimento de todo esse esquema de corrupção?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Léo Pinheiro, da OAS, diz saber como o Lulinha, filho do ex-Presidente Lula, fez fortuna. O senhor também sabe ou já ouviu falar como foi construída a fortuna do Lulinha?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor conhece o Sr. Renato Duque?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Todo o dinheiro de propina que ele recebeu, o Sr. Renato Duque, enquanto Diretor da PETROBRAS, era apenas para ele ou parte tinha destinação para outras pessoas, entre elas autoridades do Governo e dirigentes do PT?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quanto a UTC já pagou de propina no esquema de corrupção da PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k., Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, pela Liderança do PPS. V.Exa. tem até 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os demais membros da Mesa, na condução desta importante CPI da Casa, o nosso convocado, Sr. Pessoa, da UTC.

A imprensa, de uma maneira geral, Sr. Pessoa, informa, dá-nos conhecimento de que o senhor teria dado 3,5 milhões, na campanha da Presidente Dilma Rousseff, ao tesoureiro dela, Sr. Edinho Silva, atendendo a um pedido do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Isso é o que a imprensa nos revela como parte do seu depoimento ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Eu quero, primeiro, saber se o senhor confirma essa informação. O senhor poderia nos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Regimento, Deputado Arnaldo Jordy, não permite questionamentos no tempo de Liderança, apenas uma fala. Isso é regimental, da Casa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas V.Exa. está vindo aqui pela primeira vez. Jamais tirarei do Parlamentar o direito que tem de falar. Registro apenas que o Sr. Ricardo Pessôa não está respondendo a nenhum questionamento. Então, V.Exa. fique à vontade.

Era só este o registro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Esse comportamento ruidoso das respostas do Sr. Pessoa... Ele poderia até gestualmente responder. As perguntas que eu estou fazendo aqui são muito objetivas. Mas atendendo à ponderação de V.Exa. e ao cumprimento do Regimento, eu pergunto isso só para esclarecer aos demais membros desta CPI. Recentemente na CPI do BNDES, da qual eu integro, junto com outros Deputados, inclusive aqui presentes, o Sr. Luciano Coutinho negou peremptoriamente essa afirmação, supostamente, de V.Sa. nessas instituições da República, na sua delação premiada. E isso está gerando... Há talvez a necessidade até de convocá-lo, na CPI do BNDES, e quem sabe fazer até uma acareação entre o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, e V.Sa. para que possamos suprir



essa dúvida. É diametralmente oposta a sua declaração à declaração do Presidente do BNDES.

Eu acho que é absolutamente importante saber quem fala a verdade: se o senhor fala a verdade ou se o Presidente do BNDES fala a verdade, na medida em que um nega, exata, peremptória e categoricamente, no caso do Presidente do BNDES, a declaração, supostamente, atribuída a V.Sa. na delação premiada.

Era essa a consideração que eu teria.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Eu agradeço pelo tempo dispensado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Peço a devida vênua ao Deputado João Bacelar. Nós temos diversos Líderes e membros desta Comissão inscritos. Eu quero indagar para que aqui possamos seguir uma ordem. Nós fizemos aqui um acordo no início em relação aos Deputados que já falaram, mantendo meio que aquele entendimento que tivemos em Curitiba, para agilizarmos os trabalhos. Ainda temos dois depoentes na tarde de hoje, e também a Ordem do Dia, que iriam falar uma única vez. Estamos respeitando esse tempo de Liderança.

Então, aqui nós temos Líderes inscritos: Deputado Izalci; Deputado Jorge Solla; Deputado Ivan Valente, que já falou; Deputado Celso Pansera — S.Exa. ou o Deputado Alberto Filho poderá fazer uso da palavra pelo PMDB; Deputado Aluisio Mendes; Deputado Antonio Imbassahy pela Minoria, que também já usou a palavra como membro, e o Deputado João Carlos Bacelar.

Eu indago a esses Líderes, alguns inscritos como membros da Comissão e outros como autores, se nós seguirmos essa ordem dos Líderes, essa fala por si só já se estabelece ou se há necessidade de uma nova fala. Isso para que possamos seguir a ordem de inscrição dos Srs. Líderes, passarmos à lista de membros da Comissão, o que irá agilizar a participação daqueles Deputados que não são Líderes, mas são membros, a fim de que todos falem e possamos evitar duas falas.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu indago se a fala de Líder por si só atende aos anseios dos Srs. Parlamentares, já que o depoente não está respondendo aos questionamentos. Pergunto se há acordo nesse sentido.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de adicionar o meu tempo de Liderança a minha fala. Acho um depoimento importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu darei o tempo a V.Exa. Estou querendo, Deputado Izalci, apenas agilizar os trabalhos, para que possamos cumprir nosso objetivo.

Com a palavra o Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, com a elegância que V.Exa. sempre trata todos os membros desta Comissão, eu gostaria de fazer um registro importante, até para que a população brasileira e também quem está nos acompanhando pelas mídias sociais desta Casa entendam o sistema completamente complexo e, de certa forma, antidemocrático que o Regimento, (*ininteligível*) V.Exa., trata os membros de uma Comissão como esta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É verdade.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - É óbvio que depois de falar o Relator, todos os Sub-Relatores, todos os Líderes e todos os autores, membros titulares da Comissão, se forem coerentes, não vão pegar o microfone para xingar quem veio depor aqui. Não vai restar nenhuma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É justamente nesse sentido que eu estou querendo fazer o acordo, a fim de agilizar.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Desculpem-me os Líderes, Presidente, mas é impressionante a sede que se tem de tratar quem tem mais, no caso de prerrogativas, com mais, e quem tem menos, com quanto menos, melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É verdade.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - E, às vezes, andando pelo País afora, as pessoas perguntam, e eu digo claramente que a Comissão, nesse aspecto, emperra completamente o trabalho de qualquer pessoa, até porque há muitos requerimentos. Aqui são 500, e qualquer Deputado inteligente que chegue não tem



que apresentar requerimento, tem que pelo menos tentar viabilizar os que já foram apresentados.

Eu queria fazer esse registro para que a população entenda que muitos Deputados preferem não usar o microfone, porque o que resta é uma posição, vamos dizer assim, um pouco agressiva de querer pegar o depoente ou alguém que esteja aqui e colocá-lo numa situação de constrangimento. Eu prefiro que não seja assim.

Portanto, eu quero registrar essa minha posição diante do Brasil e desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar, que pediu a palavra como Líder do PR. Em seguida, passarei a palavra ao Deputado Izalci, que falará como membro e Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu queria saber se poderia usar a palavra como Líder e como inscrito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos juntando apenas quando a ordem de inscrição como membro vem antes do pedido da palavra como Líder. Se começarmos a juntar o tempo de membro com o de Líder, não obedeceremos à ordem cronológica das inscrições. Então, nós sempre juntamos quando chamamos o Parlamentar, como membro, e naquele momento ele pede a palavra como Líder, o que ele pode fazer a qualquer momento. Se eu inverte essa ordem, passo a cometer injustiças.

V.Exa. falará como Líder do PR e terá até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tudo bem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Ricardo Pessoa, V.Sa., pelo currículo, como baiano, é um grande engenheiro que veio galgando uma postura técnica em grandes empresas de engenharia do Brasil e chegou hoje ao ponto de ser o dono de uma das maiores construtoras do País, eletromecânica, de montagem, com *offshore*, que, tão grande, engrandeceu a engenharia brasileira.

Recordo-me, Sr. Presidente, de duas obras gigantescas que acontecem na Bahia, da qual a UTC participa: uma, o Estaleiro do Paraguaçu. O Deputado Antonio Imbassahy, ex-Prefeito de Salvador e grande Deputado do Estado da Bahia, sabe



da importância dessa obra, que resgatou a indústria naval brasileira, uma indústria que estava adormecida, uma indústria que estava enferrujada. E a empresa do senhor, Sr. Ricardo Pessoa, resgatou, na Bahia, uma grande obra, da qual inclusive a bancada baiana participou há uns 8 meses, 6 meses atrás, salvo engano, na Federação das Indústrias do Estado, com o consórcio construtor do Estaleiro Paraguaçu, onde foram ditas as dificuldades que estavam enfrentando.

Eram quase 600 milhões de reais em aberto pela Sete Brasil, consórcio do qual participa a UTC. Isso acabou com a economia da região, acabou com a economia do Recôncavo, acabou com a economia do Município de Maragogipe, Município que eu represento no Congresso Nacional. Isso é um orgulho para os baianos e, ao mesmo tempo, é uma preocupação, como engenheiro, como estudante da Escola Politécnica, de onde V.Sa. veio e o Deputado Antonio Imbassahy, engenheiro também. Isso é uma pena para o País. Uma empresa que, no decorrer dos anos, veio obtendo um currículo como o que V.Sa. obteve é para poucos no País, se não for único. E não é à toa que a empresa de V.Sa., no *ranking* do empreiteiro, foi a melhor empresa eletromecânica durante 8 anos consecutivos no País.

E agora vejo V.Sa. nesse calvário, quase que torturado ao longo destes anos todos, na Polícia Federal, em Curitiba. E acabou tendo que fazer delação premiada para poder voltar a conviver com a sua família, voltar a conviver com os seus amigos, voltar a conviver com os seus colaboradores, que, tenho certeza, o número diminuiu muito, mas, os que continuam, continuam fiéis a V.Sa.

Nós queremos saber, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, qual é o aprendizado disso. O que muda na engenharia brasileira? O que muda na infraestrutura brasileira? Será que nós vamos estatizar as empresas de engenharia? Nós vamos voltar para que o Exército faça essas grandes obras brasileiras, ou vamos estagnar a engenharia e acabar com as gerações futuras?

Esse é um dos grandes questionamentos que temos que debater nesta CPI, até porque não tínhamos projetos no País. Ao longo dos anos, fomos acostumados a fazer obras sem projeto. E aí, muitas vezes, uma obra que custa “x” num anteprojeto, acaba custando dois “x”, porque não havia o projeto executivo, mal



havia o projeto básico. E as empresas brasileiras tiveram que investir em mão de obra, em qualificação, em equipamento.

Então, Sr. Ricardo Pessoa, eu queria dizer a V.Exa. que, como baiano, como engenheiro e como técnico o senhor foi um grande engenheiro para o Brasil. Mas também queria perguntar a V.Sa., na hora oportuna, qual o aprendizado que tem de tudo isso. Qual o aprendizado para o País? Qual vai ser o futuro da futura engenharia brasileira? Esse um dos grandes questionamentos. O Brasil não tem portos, não tem aeroportos — e a empresa de V.Sa. é concessionária de um dos maiores aeroportos do País, o de Viracopos —, não tem ferrovias, não tem infraestrutura rodoviária para escoar a produção, escoar a economia do Brasil que dá certo, que é o do agronegócio, via ferrovia, via rodovia. Então, qual o futuro do nosso País?

Eu acho que um dos grandes aprendizados nesta CPI, Sr. Presidente, é saber o que vai ser do nosso País futuramente.

E também aqui, como baiano, nós temos visto que isso contaminou inclusive outra empresa de V.Sa., a Constran, uma empresa que o Sr. Olacyr de Moraes construiu ao longo de muitos anos. É uma das empresas que mais acervam no País e tem dezenas de obras na Bahia. Tem obras ferroviárias, tem a obra da ponte de Ilhéus, que foi interrompida agora, foi destruída nesses últimos dias pelo Governo do Estado. Isso tudo fruto da Lava-Jato, fruto da contaminação da empresa UTC nesse processo todo.

Isso é triste para a Bahia. É triste para a Bahia saber que obras importantes deixaram de ter sua continuidade em virtude dessa turbulência pela qual a infraestrutura está passando. E estão se acabando empresas de 20, 30, 40 anos, que demoraram séculos para qualificar seus funcionários, sua mão de obra, ter um parque de equipamentos à altura.

Então, Sr. Presidente, acho que nós temos que ter um resumo disso tudo.

E também queria ver aqui com o Sr. Ricardo como é a parceria dele no Estado da Bahia. Vejo na Transoceânica uma parceria com a empresa Axxo, do Sr. Arnaldo Gusmão. O Sr. Arnaldo Gusmão é tido na Bahia, muitas vezes, como porta de entrada para maus serviços. É useiro e vezeiro em usar a imprensa para ganhar contratos, contratos inclusive na área portuária. Usa a imprensa para desqualificar



terceiros. Esse é um lado ruim na empresa do senhor, Sr. Ricardo. E com a altura de V.Sa., fazer parceria com empresa pau-mandado, muitas vezes, como essa do Sr. Arnaldo Gusmão?

E não é à toa, Sr. Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, que há aqui um requerimento do Deputado Altineu, pedindo a convocação da DAG, do Sr. Demerval Gusmão, irmão do Sr. Arnaldo Gusmão, para explicar aqui o pagamento de um avião feito para usar aqui na América Central. Eu quero pedir a V.Exa. celeridade na convocação dos Srs. Demerval e Arnaldo Gusmão, para que esses dois irmãos venham aqui.

E aí é o lado ruim: uma empresa como a CONSTRAN se associar com uma empresa de quinta categoria, na Bahia, como essa Axxo, para fazer obras importantes, como a Transoceânica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Queira concluir, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Então, Sr. Presidente, estas são as minhas palavras. Que o Sr. Ricardo Pessoa tenha orgulho da família dele, que eu sei deve estar sentida com tudo o que ele está passando, esse calvário que aconteceu, essa tortura que aconteceu na vida dele. Mas, de outro lado, a engenharia brasileira disse que o senhor é uma pessoa que muito orgulhou e muito contribuiu com a engenharia brasileira, acreditando no Brasil, acreditando em obras que nós não tínhamos, como as obras portuárias.

A Bahia precisa voltar a crescer, precisa concluir as obras do Estaleiro Paraguaçu, com quase 80% das obras prontas, precisa concluir também a ponte de Ilhéus, precisa concluir a Ferrovia Leste-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Por favor, conclua, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Vou concluir, Sr. Presidente. Portanto, precisamos fazer com que as empresas continuem com os contratos. E acho que esta CPI é importante para isso. A CPI precisa participar para saber como vamos concluir os contratos no Brasil. Não podemos deixar aqui mais elefantes brancos sem conclusão. E cito aqui três obras importantíssimas na Bahia: a Ferrovia Leste-Oeste; o Estaleiro Paraguaçu, quase 85% pronto — e para quem



conhece a infraestrutura brasileira dá pena ver aquilo paralisado —, e dezenas de obras que, infelizmente, a PETROBRAS, a Operação Lava-Jato vem contaminando, acabando assim com a infraestrutura brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Izalci. V.Exa. falará pelo tempo de Liderança do PSDB, que é de até 8 minutos, e, em seguida, falará como membro, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala solicitando mais uma vez a V.Exa. que nós chamemos aqui aquelas pessoas que querem falar. E alguns requerimentos estão aí para ser votados. Inclusive faço questão de pedir a V.Exa. a votação o mais rápido possível da convocação do Sr. Marcos Valério, que quer falar.

É evidente, Sr. Presidente, que nós temos que respeitar a posição do Sr. Ricardo Pessoa. Parte do depoimento já foi divulgado; parte, não. Portanto, nós temos que respeitar isso. Mas eu quero dizer que o Judiciário tem, por tradição, evidentemente, um comportamento mais sigiloso, mais reservado, enquanto a CPI, de fato, tem tendência a ser pública, a divulgar, tanto que os depoimentos são normalmente transmitidos pela *TV Câmara* e por outras TVs.

Quero dizer que o Brasil hoje tem grande esperança exatamente no depoimento de V.Sa. V.Sa. pode mudar o destino deste País, até porque a grande esperança nossa é que V.Sa. seja ouvido no TSE, para confirmar tudo o que já foi dito, mas com comprovação daquilo que foi dito. E eu tenho certeza de que V.Sa. fará isso.

É bom que a população saiba algumas coisas importantes que V.Sa. já declarou e já está providenciando as provas de tudo isso. V.Sa. disse — está nos autos isso: *“Na Operação Lava-Jato, na qualidade de colaborador, revelo que a campanha eleitoral da Dilma Rousseff foi financiada com dinheiro oriundo da corrupção junto à PETROBRAS”*. Isso está nos autos, está declarado, e essa é a grande esperança do País. Por quê? Porque o Brasil não aguenta mais. Este Governo não tem mais credibilidade para continuar governando. Basta ver hoje aí o pacote encaminhado para o Congresso, sem nenhuma consideração com o Congresso, porque a mídia sabe mais do que nós, que somos da Comissão Mista de



Orçamento... E qualquer medida que se tome com essa Presidente não vai a lugar nenhum.

Portanto, a minha esperança, e eu tenho certeza de que a de milhões de brasileiros, é que V.Sa., fazendo o depoimento no TSE e comprovando tudo isso que já foi falado aqui, possa fazer o País e a população voltarem a acreditar que é possível resgatar esse Governo das mãos desses maus governantes que tornaram o nosso País realmente um grande feudo de corrupção, incompetência e irresponsabilidade.

Ainda no seu depoimento, V.Sa. relata que teve três encontros com Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidenta Dilma e atual Ministro da Comunicação Social. V.Sa. disse: *“O Edinho me disse: ‘Você tem obras na PETROBRAS e tem aditivos. Não pode contribuir com isso. Tem que contribuir com muito mais. Eu estou precisando’*”. A abordagem elegante lhe custou 10 milhões de reais, dados para a campanha de Dilma. Um servidor do Palácio, chamado Manoel de Araújo Sobrinho, acertou os detalhes do pagamento diretamente com V.Sa. Sobrinho acertou com V.Sa. o repasse de 5 milhões para o caixa eleitoral de Dilma. Metade do pedido se comprometeu a pagar em parcela e o restante depois das eleições. Só não cumpriu porque V.Sa. foi preso antes. Sobrinho disse: *“Doar para campanha não é crime, desde que a operação seja declarada e os recursos tenham origem lícita”*. Foi assim? V.Sa. respondeu: *“Não”*. *“O senhor tem obras no Governo e na PETROBRAS. O senhor quer continuar tendo?”*, disse o Edinho Silva.

Então, essas colocações de V.Sa., se comprovadas — e eu tenho certeza de que V.Sa. tem comprovante, tanto é que tem inclusive contas correntes, datas e saídas dos pagamentos —, tenho certeza de que hoje fazem ressurgir uma grande esperança para o povo brasileiro.

V.Sa. disse também claramente: *“Nas obras que ganhamos sempre houve propina”*. Está também no depoimento de V.Sa. V.Sa. também disse — e está muito claro isto, a relação com o Sr. José Dirceu —, que o Sr. Luiz Eduardo fez o pedido para que V.Sa. fizesse aditivos no contrato original, na JD, que é a empresa de consultoria do José Dirceu. V.Sa. fez o primeiro aditivo. Ao fazer o segundo aditivo, por incrível que pareça, o Sr. José Dirceu já estava preso. Portanto, não houve nenhuma contrapartida de prestação de serviço, que foi o grande esquema que o PT



organizou. Ou seja, como desviar o recurso, como comprovar a saída do recurso? Com palestras — palestras, V.Sa. disse isso também —, notas fiscais frias de empresas fantasmas, pagamento a oficial, através de recibo do partido. E V.Sa. disse aqui — depoimento de V.Sa. —, que, questionado sobre qual valor que pagou ao PT, em termos de propina relacionada à PETROBRAS, V.Sa. declarou que foram 20 milhões e 521 mil reais entre os anos de 2004 e 2014. Todos esses recursos foram para o Partido dos Trabalhadores. E, por incrível que pareça, V.Sa. também disse que o Sr. Vaccari, antes de se tornar tesoureiro oficial do partido, já arrecadava os recursos para o Partido dos Trabalhadores.

Portanto, o depoimento de V.Sa. é muito consistente e eu sinceramente tenho a grande esperança de que V.Sa. possa realmente, no TSE, comprovar tudo o que foi dito, para que o Brasil seja resgatado, realmente, dessa quadrilha que tomou conta do País.

V.Sa. disse também que teria encontrado com o ex-Presidente Lula sete vezes e teria repassado a ele 2,4 milhões em dinheiro para a campanha de 2006. Eu vou perguntar, mas eu sei que V.Sa. não precisa responder. Como eu fiz aqui também um requerimento de convocação de um Ministro do Tribunal de Contas da União, consta nos autos aqui um registro de que V.Sa. também corrompeu o advogado Tiago Cedraz, para que ele fizesse gestões junto ao Tribunal de Contas para beneficiar a UTC. Eu estou convocando aqui o Ministro para saber qual era o esquema que existia no Tribunal de Contas com relação a essa questão.

Portanto, Sr. Presidente, eu teria aqui muitas perguntas. Realmente, eu perguntaria, porque eu não consegui identificar nos relatórios e gostaria de conhecer duas coisinhas. Primeiro, a empresa do Sr. Adir Assad nós já conhecemos, já o convocamos, inclusive, mas eu não consegui identificar quem é Trombeta. V.Sa. pode identificar quem é Trombeta? Também deve ser outra empresa ou algum empresário. Eu não consegui identificar porque fazia parte também do esquema.

Por curiosidade, onde é que nasceu esse termo aqui “pixuleco”, que foi a nova moeda desse Governo, que era o dinheiro que era pago ao Vaccari. O dinheiro que era destinado ao Vaccari, que era muito dinheiro, era chamado de “pixuleco”. Por que esse apelido?



Sr. Presidente, eu quero dar a oportunidade para que outros possam falar também, mas eu queria dizer ao Sr. Ricardo Pessôa que há formas de podermos resgatar, realmente, esse grande prejuízo que foi dado ao Brasil com essas atitudes que foram tomadas, principalmente na PETROBRAS, que hoje sabemos que foi uma coisa organizada. Eu perguntaria até se o mensalão, o eletrolão e o petrolão têm o mesmo DNA, se nasceu tudo junto, porque o Sr. José Dirceu recebia, inclusive, consultoria de V.Sa. Ele talvez tenha sido um dos grandes mentores, juntamente com o Presidente Lula, desse esquema, realmente, que foi implantado no Brasil.

Eu quero dizer que V.Sa. hoje tem um papel fundamental para o País. Acho que V.Sa. pode se redimir muito daquilo que foi feito, e nós sabemos, eu sei que V.Sa. é empresário, eu sei das dificuldades de se tocar uma empresa neste País, é muito difícil realmente. Mas a implantação do cartel, evidentemente, foi fruto exatamente da posição do Governo: *“Ou você tem um contrato e o aditivo ou você está fora”*. Era isso, e nós entendemos muito bem isso. O Governo tentou por muito tempo jogar a culpa nos empresários, mas hoje nós sabemos claramente que ou pagava propina ou, de fato, não tinha o aditivo e não tinha o contrato.

Então, eu espero que V.Sa. consiga — e eu tenho certeza de que vai conseguir, porque já existem bastantes elementos, pelo menos, naquilo que eu tive conhecimento —, que V.Sa. possa, de fato, no TSE, o mais rápido possível — parece-me que o Supremo já admitiu —, que V.Sa. possa salvar o Brasil. O Brasil não consegue mais se segurar até o final do ano, se não mudarmos esse Governo que está aí, e V.Sa. pode resgatá-lo, contribuindo para o País, mostrando realmente o grande esquema que foi montado por esse Governo, desde o Presidente Lula, para saquear realmente o dinheiro público e arrasar o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Em respeito a esta Comissão, nós vamos aqui chamar os Deputados que estão presentes para que possamos agilizar, já que temos dois depoentes para ouvirmos ainda no dia de hoje.

Então, o próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla. Está aqui o primeiro? V.Sa. pode ir ao toailete, enquanto nós fazemos aqui a chamada.



O Deputado Leo de Brito será o segundo a falar; o Deputado Félix Mendonça está ausente; o Deputado Carlos Marun está ausente; o Deputado João Gualberto está ausente; o Deputado Silas Câmara será o terceiro; o Deputado Alberto Filho também está ausente; o Deputado Aluisio Mendes está ausente; o Deputado JHC está ausente; o Deputado Delegado Waldir está presente, será o quarto a falar; o Deputado Carlos Andrade... Esses são os cinco Parlamentares que irão fazer uso da palavra, encerrando aqui todas as inscrições para membros e Líderes para este depoimento. Para os próximos, estamos abertos.

O Deputado Leo de Brito falará como Líder. Darei a palavra a ele de uma vez só, como já acertei com o Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu vou dividir o tempo com o Deputado Jorge Solla, se assim ele bem entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. deseja o tempo de Líder agora?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. tem até...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É por isso que estou aguardando ele voltar, para poder dar a palavra a V.Exa. V.Exa. tem precedência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Posso, pela ordem, usar a palavra só para fazer alguns registros, Sr. Presidente, enquanto o depoente não volta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, de maneira concisa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Segundo os auditores do TCU que estão apoiando a nossa CPI, os acordos de leniência podem gerar mais de 10 bilhões de reais para os cofres públicos. Então, uma sugestão nossa, diante desse ajuste que está sendo proposto pelo Governo, é que se faça uma força-tarefa e se dê andamento aos acordos de leniência, porque esses números são de técnicos do TCU.

Eu quero agradecer a V.Exa. por ter marcado os depoimentos da área petroquímica, que vão acontecer no dia 17 de setembro, com o Sr. Frank Geyer, da UNIPAR, e, no dia 22, dos irmãos Feffer, do Grupo Suzano.



Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui que, apesar da boa vontade do Dr. Armando Toledo, consultor que representa a Presidência da PETROBRAS junto à CPI, nós tivemos tremenda dificuldade de receber os contratos da PETROBRAS que nós solicitamos. Depois de 2 meses, ainda faltam alguns contratos. Quero fazer esse registro aqui.

Para não ocupar o tempo, vou encerrar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ricardo, que está aqui presente, primeiro gostaria de lamentar o fato de V.Sa. não poder falar e responder às perguntas que nós vamos fazer aqui nesta CPI, exatamente para evitar o que nós acabamos de ouvir. Pelo que nós temos conhecimento até agora, o conteúdo das delações de V.Sa. não está disponível ainda.

Nós vimos aqui um relato do Deputado Líder do PSDB, que me antecedeu, com uma série de diálogos que foram aventados por alguns órgãos de imprensa. De fato, nós precisaríamos ouvi-lo para saber se esses diálogos condizem com a verdade, porque qualquer um pode vir aqui e falar o que quiser, fazer as ilações que bem entender, inventar os diálogos de maneira teatral, do jeito que bem entender.

Então, eu lamento muito que neste momento nós não possamos, de fato, através da sua voz, através do seu depoimento, ouvir sobre a realidade concreta dos fatos. Não dá para fazermos ilações em cima de delações a que até agora nós não tivemos acesso. Aliás, seria importante que nós tivéssemos acesso a essas delações.

E quero dizer que o Líder do PSDB não pode confundir os seus desejos pessoais com o desejo do Brasil. Quando ele fala aqui das ações que estão sendo movidas pelo PSDB junto ao TSE, o que, na verdade, representa mais uma vez o fato de o PSDB ter perdido a quarta eleição seguida, não podemos confundir a esperança do Brasil com a esperança do PSDB. Na verdade, o que o PSDB, sobretudo o seu Presidente, Aécio Neves, que foi o candidato derrotado na última eleição, quer é que de fato essa, sim, ação prospere, para que ele possa realizar o seu sonho, que até hoje chora por ter sido derrotado na eleição do dia 26 de



outubro. Então, não confunda a esperança do Brasil com a esperança do PSDB, Deputado, porque de fato é o seu desejo pessoal neste momento.

Eu poderia muito bem pegar esses diálogos ou aquilo que sai na imprensa e vir fazer aqui ilações a respeito do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, segundo o que consta nos jornais, teria recebido 500 mil reais da UTC, sendo 200 mil reais não contabilizados, 200 mil no chamado caixa dois. Mas eu não vou fazer isto aqui.

Infelizmente, as perguntas não serão respondidas, mas eu acho que a pergunta, na verdade, que todo mundo quer saber é exatamente essa contradição, esse paradoxo que existe em relação às chamadas doações de campanha. Como já foi dito aqui por alguns Deputados que nos antecederam, nós do Partido dos Trabalhadores nos posicionamos, em todos os momentos, contra esse sistema de doação de campanhas por empresas, que, na verdade, é um sistema que acaba, digamos assim, colocando todos sob suspeita: partidos, empresários, candidatos, governos. Todos acabam ficando sob suspeita por conta desse sistema que, na verdade, é um sistema...

Se vocês forem verificar — V.Exas., a imprensa que está aqui presente —, a maioria dos escândalos que aconteceram na nossa República, nas últimas décadas, estão relacionados a esse aspecto, a essa relação siamesa, a essa relação promíscua que existe entre empresas e o Estado. E aí é exatamente nesse sentido a pergunta que não quer calar. Se nós formos levar em consideração, por exemplo, as últimas eleições: já foi citado aqui, vamos pegar o exemplo da UTC. A UTC doou, na última campanha, para 27 partidos, para a candidatura de 27 partidos, num total em torno de 45 milhões de reais. Só para citar um exemplo, o Democratas recebeu 4 milhões e 700 mil; o PSB, em torno de 1 milhão; o PSDB, 7 milhões e 600 mil; o Solidariedade, 1 milhão e 400 mil.

Esses partidos não são partidos que fazem parte do Governo. Ao que conste, não são partidos que têm diretorias na PETROBRAS, mas receberam doações da UTC. Por que receberam doações da UTC? O nosso depoente falou aqui, na sua fala inicial, que faz doações com base em impressões. Imaginem o tamanho dessa pressão de 27 partidos que receberam doações da UTC! Imaginem vocês que a Presidenta Dilma, que é a Presidenta da República atual, recebeu 7,5 milhões da UTC e o Sr. Aécio Neves, que era o candidato adversário, que, ao que conste, não



tem direção na PETROBRAS, recebeu 8,7 milhões, recebeu a mais, muito mais do que recebeu a campanha da Presidenta Dilma.

Então, esta é uma pergunta que nós queremos saber. Se esse dinheiro foi um dinheiro contabilizado, se esse dinheiro foi um dinheiro do qual foram prestadas as contas e se esse recurso foi também aprovado pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que diferencia aquilo que é propina daquilo que é uma doação que foi feita? Certamente, Sr. Ricardo, deve ter entrado na contabilidade, inclusive. E certamente devem ter sido, inclusive, prestadas contas ao Fisco dessas doações que foram feitas a esses vários partidos.

Se nós formos pegar outros exemplos aqui, veremos que a UTC doou para campanhas de Governos Estaduais. O candidato à reeleição para Governador Geraldo Alckmin, o Bergher — também do PSDB —, o Pimenta da Veiga, em Minas gerais, receberam da UTC — do PSDB! Então, o que nós queremos saber é: por que isso, já que se fala de pressão e vários partidos receberam?

E se nós formos observar também a doação que foi direta para partidos, nós temos aqui pelo menos oito partidos: o PSDB recebendo 4 milhões e meio; o Solidariedade, 1 milhão e 200 mil; o Democratas, 700 milhões. Então, o que se percebe é que... E aí seria importante aqui a sua presença, porque, na verdade, está todo mundo no mesmo bolo. Todo mundo recebeu dinheiro da UTC, 27 partidos! Quantas candidaturas não foram favorecidas?

E aí, mais uma vez, fortalece-se a tese que já mencionei agora há pouco no início e que por convicção nos faz ser contra o financiamento empresarial de campanha, porque é muito difícil diferenciar o que é Chico do que é Francisco em uma situação como essa. E, se nós formos verificar todas as empreiteiras que hoje estão sendo investigadas pela Lava-Jato, elas doaram para praticamente todos os partidos que fazem parte hoje do Congresso Nacional. No caso, isso fica muito claro. E aí fica muito difícil também fazer qualquer diferenciação ou qualquer discurso moralista neste momento, uma vez que todos os recursos estão contabilizados, foram registrados e foram devidamente aprovados pela Justiça Eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. dispõe de até 3 minutos.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Eu queria pedir inclusive que nós acabássemos com a hipocrisia e a cara de pau de quem diz que é contra a corrupção e defende o financiamento privado empresarial de campanha, porque, com certeza, o Sr. Ricardo Pessoa não vai ter como explicar como é que as cédulas pagas para a campanha de Dilma são marcadas pela corrupção, mesmo com o registro oficial. E aquelas pagas para Aécio ele provavelmente foi buscar no Banco do Vaticano, benzidas pelo Papa, e essas não têm marcas da corrupção, até porque, se divulgaram que a UTC ajudou Dilma, era melhor não ter ajudado, porque Aécio recebeu quase 1,5 milhão a mais. Então, que ajuda é essa que o adversário é que recebe mais? Como é que marca as cédulas para saber a que veio o dinheiro da propina e aquela que veio da licitação não fraudada, não ilícita? Eu queria aprender para que o povo brasileiro soubesse como é que o senhor consegue marcar as cédulas e dizer aquelas que são bentas, puras e santas, que vão para Aécio, e aquelas que são marcadas pela corrupção que vieram para o PT.

Da mesma forma em São Paulo, Mercadante recebeu 500 mil, e Alckmin recebeu 1 milhão e 850 mil. E Mercadante é que é acusado? Alckmin recebeu mais de três vezes mais da mesma empresa, da mesma fonte, e é o Governador, está escancarada e provada a corrupção no Metrô de São Paulo. É claro que a UTC tinha interesse em financiar a campanha de Alckmin, assim como teve interesse em financiar a campanha de Aécio Neves, graças à Cidade Administrativa, em Minas Gerais. É bom lembrar inclusive que o Sr. Augusto Mendonça afirmou que, no início dos anos 90, as empresas reunidas na ABEME iniciaram o Clube das Empreiteiras, e ele disse que o senhor era o líder desse clube. Então, eu queria saber mais sobre o cartel desse Clube das Empreiteiras, sobre a participação não só dentro da PETROBRAS na década de 90, mas também fora da PETROBRAS, porque todo o mundo sabe da corrupção nos anos 90, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que foi o governo mais corrupto da história do Brasil: pasta rosa, SISVAN, caso Banestado, privatária tucana. Está tudo aí para comprovar. O Metrô tem uns três casos que foram apurados. Claro, tudo era engavetado! Inclusive eu queria que o senhor comentasse um pouquinho mais acerca da Cidade Administrativa de Minas Gerais, a famosa Disneylândia de Aécio Neves, que — pasmem os senhores — foi dividida, foi rateada. Nove empresas participaram da construção da Disneylândia de



Aécio. Cada uma teve o seu quinhão, e foi muito bem. Nenhuma brigou com a outra. O clube, o cartel funcionou direitinho. Ninguém foi reclamar ao Papa. Todo mundo recebeu as cédulas benzidas do Banco do Vaticano, graças ao acordo da Disneylândia de Aécio.

E mais, por coincidência — será que é coincidência? —, das nove empresas que construíram o Centro Administrativo de Minas Gerais, que construíram a Disneylândia de Aécio, oito doaram dinheiro, grandes e volumosos recursos, para as campanhas de Aécio Neves, para as duas campanhas, as duas!. Então, além do Sr. Youssef, que confirmou o desvio da corrupção de FURNAS para Aécio, também está provada a corrupção da Cidade Administrativa de Aécio Neves, assim como a corrupção no Metrô de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Silas Câmara, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, parece-me muito claro que as pessoas não estão tendo dimensão da profundidade do que se está descobrindo com a Operação Lava-Jato. O fato concreto é que um erro não justifica o outro. Esse é o fato concreto. Não dá para dizer, porque a corrupção lá para trás aconteceu, que aqui na frente se justifica. Isso é um fato concreto. O segundo fato concreto é que eu vejo perguntarem constantemente o que é dinheiro bom para um e ruim para outro. É simples: o bom para um é quando uma operação prende mais de cem pessoas e quase as cem pessoas acusam apenas três, quatro ou cinco partidos de corrupção e de extorsão. Não dá para, num sistema democrático, que tem 33 partidos, dos quais 28 não são citados, vir aqui e colocar todo mundo como se fosse farinha do mesmo saco, não dá.

O fato concreto é que o Sr. Ricardo Pessôa não quer falar, e tem razão, porque contou tudo o que sabe e sabe que ele só fez o que fez porque foi extorquido. Alguém disse: *“Ou o senhor paga, ou a sua empresa quebra, ou o seu sonho desaparece”*. E como o sistema é completamente corrompido por quem não tem compromisso com a verdade nem com essa coisa da ética, hipocrisia para mim é vir dizer que tudo é igual. Não é igual, não é igual, não é igual! E, se alguma coisa poderia ser feita hoje para estabelecer justiça entre quem é e quem não é, era se o



Sr. Ricardo Pessôa tivesse dito pelo menos isso, olhando para o nosso companheiro do PSB que aqui estava: *“Eu não doei dinheiro para o senhor; o senhor não fez nenhum acordo comigo”*. Talvez isso desse a esta Comissão e aos depoimentos que ele fez na Polícia Federal e no Ministério Público a certeza de que quem não fez tem que ser inocentado e quem fez tem que ser culpado. Nem todo mundo é igual.

Não dá para dizer que, com a pergunta feita de que um dinheiro é santo e o outro é podre, é simples. Um é podre porque foi fruto de extorsão, porque foram aos empresários e disseram: *“Ou vocês dão, ou vocês param”*. E eles tinham um compromisso com os seus sonhos, com a realidade de um Brasil que não tem uma lei que possa realmente protegê-los de uma situação como essa, e eles caíram, como disse muito bem o Sr. Ricardo Pessôa, em tentação de fazer aquilo que não era certo.

Se eu pudesse pedir ao senhor que respondesse a uma pergunta, eu pediria que o senhor respondesse a uma pergunta que não tem nada a ver nem com a sua delação, nem tampouco com a orientação dos seus advogados, que, aliás, estão de parabéns aqui, porque convenceram V.Sa. a fazer uma sessão da Câmara que, pela primeira vez, eu só ouvi: *“Vou permanecer calado”*.

E qual era a pergunta que eu faria, Sr. Presidente, até porque, Sr. Ricardo Pessôa, eu acho que, pelo fato de o senhor amar tanto a sua família e o futuro da Bahia e do Brasil, a essa pergunta o senhor poderia responder. O senhor, como empresário, o senhor com o currículo que tem, o senhor com os acessos empresariais que teve, se o senhor tivesse que dar a esta Comissão um conselho de como evitar acontecer novamente o que aconteceu com a PETROBRAS, qual era o conselho que o senhor daria? O que faltou no sistema jurídico brasileiro para que V.Sa. estivesse protegido de pessoas que não têm escrúpulo, que envergonham e que lameiam o Brasil, como aquelas que o extorquiram, a ponto de o senhor ter dado essa fortuna, essa verdadeira fortuna em doação de campanha?

É isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só quero comentar com o Deputado Jorge Solla que o fato de o Banco do Vaticano ser benzido pelo Papa não os livra de



escândalos, não. O Banco do Vaticano teve problemas, problemas sérios e bem recentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra, para que não adentremos a religião, que é um tema por demais complicado para muitos problemas que nós já temos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Banco é banco, mesmo o do Vaticano.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a V.Exa. que, na última semana, enquanto o ex-Presidente Lula passeava lá pela Argentina, não sei se continua até esta semana, e um delegado da Polícia Federal pediu para ouvi-lo, eu também fiz um requerimento a V.Exa. para ouvir provavelmente o chefe dessa organização criminosa, depois de vários delatores.

Então, não era apenas um delegado que estava atrás do ex-Presidente Lula, não. Este Delegado aqui da CPI também quer ouvi-lo. Tomara que ele tenha coragem, como teve a coragem de enfrentar várias campanhas, de vir aqui, sentar e enfrentar, e não a nós, Sr. Presidente, mas enfrentar a sociedade brasileira, que quer ouvir do maior ladrão deste País como ele fez para quebrar esta Nação.

Continuando, Sr. Presidente, agora eu vou para as minhas perguntas. Sr. Ricardo Pessôa, eu quero dizer ao senhor que admiro a sua coragem. Quero parabenizá-lo pela sua coragem, diferente do Presidente da Odebrecht, que se comportou de forma covarde na última semana e até agora não fez a delação premiada para esclarecer a sociedade brasileira a respeito das verdades que nós precisamos saber. Parabéns ao senhor pela sua coragem.

Eu queria perguntar a V.Sa., cumprimentando os seus advogados, se o senhor teme pela sua vida. O senhor deixou algum *backup*? Eu sei que o senhor já fez algumas delações premiadas. O senhor deixou algum *backup* a respeito de todas as informações dessa organização criminosa?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu devo permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Ricardo. Outra pergunta: o senhor acha que fez um bom negócio fazendo doações para vários agentes políticos, para as campanhas presidenciais? O senhor acha que valeu a



pena? Se o senhor tivesse evitado esses contratos com o Governo, a sua empresa estaria viva até hoje?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu devo permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado. Eu gostaria de saber se o senhor está mentindo, se é lenda que PT instalou a maior quadrilha organizada para roubar a PETROBRAS, a Caixa e vários outros órgãos do Governo. O senhor destinou 20 milhões, parece-me, de propina para a campanha do PT. Isso é lenda? Isso é lenda? Isso é mentira? O senhor está mentindo?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu devo permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para finalizar, Sr. Presidente, o senhor acha... O senhor já foi ouvido, o senhor ficou preso em Curitiba... O senhor acha que a PF, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu vou finalizar. É a última pergunta, Sr. Presidente.

Com a sua colaboração e de outras pessoas que estiveram presas, nós já temos hoje provas suficientes para que esta Casa aqui, a Câmara Federal, proponha o *impeachment* da atual Presidente? E mais: pelas provas que o senhor produziu até agora, e as demais pessoas que fizeram essa colaboração premiada, nós já temos provas suficientes para levar, junto com Dirceu, o ex-Presidente Lula à cadeia?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu devo permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Apenas quero solicitar à Taquigrafia que tire a expressão “o maior ladrão deste País”, que eu acho que não expressa a posição ponderada desta Comissão, nem da Situação, nem da Oposição. A expressão “o maior ladrão deste País” não reflete os debates que nós tivemos aqui nesta CPI. Então, que essa expressão seja retirada das notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É a opinião do Deputado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Atendendo à solicitação, Deputado Delegado Waldir, a quem eu tenho um respeito muito grande, não estamos aqui para fazer esse julgamento. V.Exa. tem imunidade parlamentar e pode dizer aquilo que bem entender, mas, como homem cordato que V.Exa. é, eu sugiro que V.Exa. acate a sugestão do Relator, até por respeito às pessoas. E, na verdade, quando qualquer pessoa estiver condenada, aí, sim, a partir daí V.Exa. terá todo o direito de chamar quem quer que seja, de acordo com a vontade da Justiça.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu não retiro nem 1 centímetro do que eu falei. Eu falo isso embasado nas provas até hoje produzidas. O senhor conhece alguém que tenha quebrado um país e levado bilhões de reais, levado um país à bancarrota? O senhor conhece algum bandido na história?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - FHC.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu estou com a palavra, por favor! Educação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Encerrando a discussão, Deputado Carlos Andrade, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, muito obrigado. Sr. Relator Luiz Sérgio, Dr. Ricardo Pessôa, no dia 8 de julho de 2015, a revista *Veja* traz no seu bojo, nas suas páginas...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero manter a ordem. O Deputado Carlos Andrade está com a palavra. Solicito que se reponha o tempo do Deputado, para que possa fazer seus questionamentos. S.Exa. é um homem educado que escutou com muita educação V.Exa., Deputado Ivan Valente. E não tenho dúvida de que V.Exas. irão retribuir da mesma forma, com muita educação, escutando as perguntas do Deputado Carlos Andrade.

Esse é o apelo que este Presidente faz pelo bom funcionamento da CPI.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, o Deputado Valente fez uma acusação à minha pessoa de um fato que eu não pratiquei. Então, quero só deixar claro isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dr. Ricardo Pessoa, só reformulando, só iniciando a pergunta: no dia 8 de julho de 2015, a revista *Veja* traz no seu bojo, nas suas páginas, que, dentre os beneficiários do dinheiro advindo do caixa dois da UTC, está o ex-Ministro Hélio Costa. Segundo essa matéria, na condição de candidato a Governador do Estado de Minas Gerais, teria recebido 250 mil reais em dinheiro. A minha pergunta é: quem foi o interlocutor entre a UTC e o dinheiro encaminhado para a Hélio Costa? A segunda pergunta: em que local foi entregue o dinheiro a Hélio Costa?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - A respeito disso, Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A UTC, Dr. Ricardo, também fez uma doação para a campanha de Fernando Pimentel, Governador de Minas Gerais. Essa doação está relacionada com o esquema de corrupção da PETROBRAS. De que modo? O senhor poderia relacionar isso?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Na prestação de conta da campanha da Presidente Dilma, consta a doação da UTC da ordem de 7 milhões e meio. O motivo dessa doação foi objeto de propina devido aos contratos com a PETROBRAS?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor pagou propina devido ao contrato firmado com a PETROBRAS? A quem o senhor pagou? Cite, por favor, todos os que receberam ou pediram, ou exigiram, ou extorquiram em nome de outros no repasse desse financeiro.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Só há mais uma pergunta, para finalizar, Sr. Presidente. O senhor chegou a pagar 800 mil reais à Sra. Mônica Santos? Em depoimento, o senhor afirmou que foi chantageado por essa senhora. Em carta apreendida pela Polícia Federal, destinada à sua pessoa, a Sra. Mônica



admite ter receio com as investigações da Polícia Federal. A minha pergunta seria: quais as razões em que essas investigações poderiam demonstrar esse receio?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Que tipo de chantagem lhe poderia ter tirado 800 mil reais?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dr. Ricardo, o povo brasileiro, claro, está acompanhando o senhor já faz algum tempo. O senhor não está mais em carceragem na Polícia Federal? Sim? Não?

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não está. O povo brasileiro entende que esse é o maior roubo cometido nesse processo de corrupção. E a sua empresa, uma empresa de referência, como foi citado agora há pouco por outro colega, uma grande empresa certamente, está também envolvida no maior escândalo. O senhor poderia ter oportunidade de utilizar esse instrumento para dizer para o povo brasileiro que o senhor não é esse ladrão que a população pensa. Está desperdiçando isso neste momento.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado, Dr. Ricardo Pessôa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Parlamentares inscritos...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só antes de concluir a inquirição do nosso depoente, há uma questão importante para a CPI. Eu pediria a V.Exa. e ao Relator o seguinte: todos os Deputados que fizeram perguntas aqui as fizeram baseados na delação premiada, mas não na delação premiada original. S.Exas. as fizeram, sim, baseados no vazamento que foi feito à revista *Veja*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria perguntar, se o nosso depoente puder responder, se pelo menos aquilo que vazou é o depoimento dele. Na verdade, nós não temos o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Fomos lá pedir, mas o Ministro disse que só depois que se oferecesse a denúncia é que poderia compartilhar os dados.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas talvez ele pudesse nos responder se ele concorda com o fato de que o que está publicado lá é o retrato do depoimento dele. Eu acho que isso podia ser respondido — é uma pergunta ao depoente.

O SR. RICARDO RIBEIRO PESSÔA - Excelência, eu preciso ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Deputados inscritos, eu dispenso o Sr. Ricardo Ribeiro Pessôa desta reunião.

Já convido a Sra. Sandra Raphael Guimarães a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan Valente falou hoje sobre um possível caso de censura ao PSOL. Quero dizer que os 10 anos do PSOL foram comemorados nesta CPI. S.Exa. teve, deste Presidente, a oportunidade de aqui expor, com alegria, a história desse brilhante partido na Casa e em nosso País.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente, mas V.Exa. não me deu os parabéns. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Receba as nossas congratulações e os votos de que o PSOL possa continuar contribuindo com o nosso País.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, enquanto não chega a depoente, aproveito para trazer meus cumprimentos ao PSOL, ao Deputado Ivan Valente, por quem tenho grande admiração, em razão de seu trabalho e da história do PSOL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado à Deputada Eliziane Gama e a todos os Deputados.



Eu tive que falar sobre isso aqui, Presidente, porque realmente, foi algo que nos pegou de surpresa. O nosso Líder, o Deputado Chico Alencar — aproveitou este momento, porque a depoente ainda não entrou —, expôs isso agora, na reunião de Líderes. Foi um absurdo o que aconteceu. Nós tivemos, há poucos dias, a comemoração do PTB e do PRB, que foi presidida, inclusive, pelo Presidente. Para nós o que sobrou foi a retirada da transmissão da *TV Câmara* de nossa fala ao Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos remarcar uma segunda comemoração acertada com a *TV Câmara*.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tendo em vista o teor do requerimento aprovado e em face do deferimento, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, de medida liminar no Habeas Corpus nº 130.290, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvida na qualidade de investigada, assegurados os seus direitos constitucionais. Entretanto informo que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, a Sra. Sandra Raphael Guimarães.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Boa tarde a todos. Em junho, quando eu fiquei sabendo da convocação, da aprovação para estar aqui, nós peticionamos um documento esclarecendo todos os fatos, principalmente informando que eu sou uma funcionária da UTC Desenvolvimento Imobiliário, sem nenhum cargo diretivo. Trabalho em Salvador, na Bahia, e nunca, em tempo algum, prestei qualquer serviço direto ou indireto à PETROBRAS, muito menos à UTC Engenharia. Diante desses fatos, nós solicitamos que eu não estivesse aqui, e eu também informei, lá, que manteria o meu direito de silêncio. Então, respeitosamente, por orientação dos meus advogados, eu não tenho como colaborar e, a partir de agora, eu ficarei em silêncio. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. podia relatar quais foram as suas atividades junto à empresa UTC? V.Sa. poderia descrever suas atividades e informar quanto tempo trabalhou e se ainda trabalha na empresa UTC?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Respeitosamente, eu ficarei em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não irá responder a nenhuma das perguntas ou, dependendo da pergunta, pode ser que venha a responder a alguma delas?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Não, Excelência, respeitosamente, eu não responderei às perguntas. Ficarei em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mesmo que esta audiência seja transformada numa audiência fechada? V.Sa. assim falaria ou se manteria em silêncio?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, diante do silêncio, mantereí a mesma postura que tive diante dos depoentes anteriores, em outras sessões, e me dou por satisfeito, porque o silêncio não traz nenhuma contribuição a esta Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. é o primeiro Sub-Relator e tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Sra. Sandra, a gente sabe que a posição da senhora é completamente diferente da do Sr. Ricardo Pessoa, obviamente. A senhora trabalhava na empresa, a senhora tem hoje o direito de ficar em silêncio, mas é óbvio que a senhora tem conhecimento de muitos fatos que foram aí denunciados e estão sendo investigados na Operação Lava-Jato. Um dos fatos, para relembrar a senhora... e eu pergunto à senhora do que se tratava a SCP entre a UTC e a GDF.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Respeitosamente, eu ficarei em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - A senhora disse que não se lembrava disso quando a senhora respondeu quem era o proprietário da GFD. A senhora sabe quem é o proprietário da GFD?



A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu permanecerei em silêncio, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Aí a senhora disse que, quando o *Jornal Nacional* fez uma matéria, a senhora descobriu que o proprietário da GFD era o Sr. Alberto Youssef. Enfim, só para deixar registrado aqui que, em respeito à senhora, à senhora ser uma senhora — e a gente sabe exatamente a diferença de quem era os donos e os mentores desse cartel que operou aí... Mas a senhora sabia dos fatos, e é por isso que a senhora está envolvida nisso, tanto é que, quando houve uma reunião de trabalho entre a UTC e a GFD, no dia 14/08/2012, um dos signatários da ata da GFD foi Alberto — estava apenas Alberto. A senhora sabe desse fato — Sr. Alberto. Quando a senhora depôs, em 11 de maio deste ano, ao Dr. Sérgio Moro, quando questionada quem era o Alberto, a senhora se emocionou, a senhora chegou a ficar confusa, chegou inclusive às lágrimas. Quatro meses depois, a senhora lembrou-se de que o Alberto, presente na reunião, era o Alberto Youssef. A senhora confirma isso?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou permanecer calada.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu não vou prosseguir com os outros questionamentos, porque eu acho que... Vou apenas registrá-los junto à Mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sra. Sandra Raphael, a senhora, aqui no seu depoimento inicial, disse que nunca prestou serviços à PETROBRAS ou à UTC Engenharia. No entanto, a senhora sabe que a senhora foi denunciada pelo Ministério Público, não sabe?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora foi denunciada por lavagem de capitais numa quadrilha encabeçada por Alberto Youssef e com a participação, de acordo com o Ministério Público, de Carlos Alberto, de Enivaldo Quadrado, de João Procópio, de Mário Lúcio, de Pieruccini, de Ricardo Pessôa, de João de Teive e Argôlo e da senhora. A senhora confirma essa acusação do Ministério Público?



A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu permanecerei em silêncio, senhor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É uma imputação que lhe é dada, porque essa quadrilha, de acordo com o Ministério Público, adquiria bens em nome da GFD Investimentos Ltda., com recursos provenientes dos delitos perpetrados no seio e em desfavor da PETROBRAS. A senhora pode dizer quantas vezes esteve com Alberto Youssef?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A senhora pode dizer se o viu na sede da UTC?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, dada a posição da testemunha de permanecer em silêncio, eu declino de fazer as demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e já passo a palavra diretamente ao autor da convocação, o Deputado Ivan Valente, que tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pelo que eu entendi aqui da nossa depoente...

Qual a sua profissão, por favor?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Como no início eu lhe disse, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem a sua profissão você pode responder?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Está esclarecido nos autos do processo ao lado. Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho aqui a informação de que, assim como o Alberto Youssef, Carlos Alberto, João Procópio, Enivaldo Quadrado, Ricardo Pessôa, que acabou de sair daqui, Sr. João Argôlo, que foi Deputado aqui, a senhora Sandra Raphael é denunciada pelo MP por ocultar e dissimular a propriedade de empreendimento imobiliário situado no Município de Lauro de Freitas na Bahia.

Que relação a senhora tem com esse Município de Lauro de Freitas?



A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Respeitosamente, senhor, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De 2009 até 2014, Alberto Youssef e demais acima listados, que eu acabei de falar aqui, dissimularam e ocultaram a propriedade de bens móveis e imóveis, e de empresas, notadamente da rede hoteleira Web Hotéis Empreendimentos Hoteleiros, em várias cidades, na Bahia, depois em São Paulo também, em Curitiba, e assim por diante. E aqui a informação que nós temos é que há uma série de outros esquemas de ocultação de propriedade para lavagem de dinheiro foram relacionados aos esquemas de corrupção e pagamento do Sr. Alberto Youssef, e, segundo o Ministério Público Federal, a participação da senhora, Sandra Raphael, é responsável pela operacionalização dos pagamentos entre a UTC e a GFD, para que a propriedade fosse ocultada.

A senhora confirma isso?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós temos aqui o levantamento inclusive de todas essas questões em Lauro de Freitas e... e outros pagamentos aqui com recibos, inclusive, mas, como a nossa depoente não quer falar, eu só quero citar aqui, Presidente, o seguinte: ela afirma que o Sr. Ricardo Pessoa, que acabou de sair daqui, não participou de reuniões sobre esse empreendimento. A Polícia Federal apontou uma ata de uma reunião em que consta a participação de um tal Alberto, o Sr. Alberto, pela GFD, que era exatamente do Youssef. E a senhora Sandra afirma com certeza que não era o Youssef.

Com certeza?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu pergunto novamente: com certeza?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Respeitosamente ao senhor, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que não era o Youssef, que ela não participou de nenhuma reunião com o Sr. Youssef — a assinatura do Youssef consta da ata da reunião. Está aqui. Mas ela continua...

O advogado está falando “não”, então, a senhora poderia falar “não”. *(Riso.)*

O advogado está falando “não”, falando assim: “*Não, não é verdade, poxa!*”.



E eu não estou afirmando da minha cabeça, eu estou afirmando segundo material do Ministério Público Federal — nem poderia ser da minha cabeça. Mas ela continua negando ter participado de reuniões com o Sr. Alberto Youssef em qualquer ocasião.

Bem, Sr. Presidente, é evidente que eu queria aproveitar este 1 minuto final aqui — até como convocante — e dizer o seguinte: eu acho que nós temos que ouvir as pessoas que estão aprovadas.

Eu vou fazer um pedido formal para que V.Exa. paute, para a próxima reunião da CPI, no mínimo, a convocação do Sr. Jayme de Oliveira, que era o maleiro, que entregou dinheiro; do Sr. Rafael Ângulo, ambos estão aprovados; e do Sr. Júlio Camargo, empresário, que já depôs no Ministério Público Federal — está com delação premiada, pode falar. Porque isso continua mostrando que nós, a CPI não consegue deixar de blindar determinadas pessoas.

E quero finalizar dizendo o seguinte: há pessoas que ficam esperando Godot, outras, esperando Janot, e nós estamos esperando o Fernando Baiano, para completar o seu depoimento, porque nós vamos ter grandes novidades nesta Casa, particularmente na Presidência. Por isso, eu peço que nós marquemos essa pauta que eu estou propondo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. e indago se algum dos Parlamentares deseja fazer questionamentos à Sra. Sandra. *(Pausa.)* O Deputado Delegado Waldir é o único que deseja.

V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quero fazer uma pergunta, depois do Deputado Delegado Waldir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, seguindo a ordem de inscrição, V.Exa., além de ser uma dama, está inscrita prioritariamente. V.Exa. tem a palavra, por até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada.

Eu vou fazer perguntas, porque eu tomei essa decisão na CPI. Muito embora nós, às vezes, não consigamos obter a resposta, por uma decisão natural e legal dos depoentes, também nós não podemos nos furtar a insistir em fazer perguntas.



A minha pergunta para a senhora, D. Sandra, é exatamente como era a sua relação com Alberto Youssef — é a minha primeira pergunta. Vou fazer apenas duas perguntas. E a segunda pergunta é exatamente se a senhora não achava estranho, por exemplo, repassar recursos para empresas claramente de fachada, porque essa é a acusação que consta contra a senhora. Não era estranho? Ou a senhora fazia, de repente, esses pagamentos consciente de que se tratava, de fato, de uma lavagem de dinheiro, da utilização de recursos para pagamento de propinas?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou me manter em silêncio, senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa noite, Sra. Sandra; boa noite, Srs. advogados.

Sra. Sandra, eu vou fazer algumas perguntas, respeitando o seu direito constitucional de permanecer calada. Mas eu gostaria de saber se a senhora — caso a senhora possa responder, é claro — conhece ou esteve pessoalmente com Vaccari Neto.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou permanecer calada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Uma segunda pergunta: a senhora, nesse relacionamento... A senhora conhece o Sr. Ricardo Pessôa, que saiu daqui agora?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou continuar em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Eu gostaria de saber se, nessa questão envolvendo Youssef e Ricardo Pessôa, que já fez delação premiada, vocês tiveram algum envolvimento, algum contato com Jaques Wagner.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou me manter no direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É o atual Ministro da Defesa.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou manter o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A senhora conhece ele?



A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Eu gostaria de saber se a senhora conhece a cidade de Lauro de Freitas e o empreendimento que foi feito lá.

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

Uma última pergunta: o Sr. Ricardo Pessoa fez delação premiada, a senhora também vai fazer ou já fez?

A SRA. SANDRA RAPHAEL GUIMARÃES - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) Agradeço a V.Exa.

Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu dispenso a Sra. Sandra e já convido o Sr. Roberto de Moraes Mendes a tomar assento à mesa, como testemunha.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O Sr. Roberto de Moraes Mendes já está à mesa.

Registro que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade.

Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal, fará incidir sobre si as penas cominadas ao crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. dispõe do tempo de até 20 minutos para fazer sua apresentação inicial.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Obrigado. Sou Roberto de Moraes Mendes, funcionário da Saipem do Brasil. Estou à disposição de V.Sas. para responder a perguntas nesta CPI. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Passo a palavra ao Relator, o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual o vínculo profissional que V.Sa. mantém com a empresa Saipem S.A.? Há quanto tempo V.Sa. mantém tal vínculo e qual é a forma de sua remuneração?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu sou funcionário da Saipem do Brasil. Sou funcionário do Grupo Saipem há 24 anos. A minha função é especificamente técnica. Sou gestor de coordenação dos projetos dos gasodutos e oleodutos em implantação no Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na função que V.Sa. desempenhou, V.Sa. mantém ou manteve relação e discussão com a PETROBRAS em relação aos contratos que a Saipem mantém com a PETROBRAS?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Durante as fases de licitação e durante a fase de execução dos projetos, existem reuniões tanto com as comissões de licitação durante a fase de licitação quanto com as comissões ou os projetos da PETROBRAS, do time de projetos da PETROBRAS. Reuniões específicas são feitas, mas com representantes da PETROBRAS de comissões ou do projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Durante essas negociações que ocorreram, algum funcionário ou diretor da PETROBRAS lhe pediu ou insinuou alguma vantagem para, com isso, criar alguma facilidade nesses processos de negociação, nesses contratos?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não, nenhuma insinuação foi feita.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem conhecimento se a Saipem pagou algum recurso a algum diretor da PETROBRAS?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento de nenhum recurso pago a nenhum diretor da PETROBRAS para contratos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como V.Sa. vê o fato de a empresa Saipem estar sendo também objeto de análise do Ministério Público de que os contratos referentes aos gasodutos poderiam ser também objetos de envolvimento no esquema de corrupção que hoje paira sobre a PETROBRAS?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu vejo com surpresa, visto que a Saipem tem um sistema de governança, um código de ética e um sistema de conformidade. Então, todos os processos dentro da Saipem têm que seguir esses códigos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. negociou, em algum momento, direto com o Sr. Renato Duque?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não, nunca negocieei com o Sr. Renato Duque.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com Paulo Roberto Costa?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Também nunca negocieei nada com o Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com o Sr. Barusco?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Também não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Negociou com quem?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Com as comissões de licitação formadas durante a fase de licitação dos contratos da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual é a carteira que a Saipem tem hoje com a PETROBRAS?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A Saipem tem vários projetos em execução ou já executados com a PETROBRAS. Não sei relatar aqui com detalhes todos os projetos, mas poderia disponibilizar para V.Sa. a lista dos projetos em execução e os que já foram executados pela Saipem e a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, o Ministério Público Federal alega que a Saipem ofereceu vantagens indevidas ao Sr. Renato Duque no valor de pelo menos 100 mil, a fim de obter favorecimento no processo licitatório do gasoduto submarino de interligação nos campos de Lula e Cernambi. O que V.SA tem a dizer sobre essa acusação?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Desconheço qualquer vantagem que seja oferecida a qualquer funcionário da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Ministério Público relata também um assalto ocorrido contra o Sr. João Antônio Bernardi, em 5/10/2011, a poucos metros da sede da PETROBRAS, no Rio de Janeiro, quando o mesmo portava a quantia de



100 mil reais em espécie, o que supostamente seriam propinas direcionadas a diretores da PETROBRAS. V.Sa. conhece esse fato? Tomou conhecimento desse fato?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Foi com grande surpresa que eu tive conhecimento dos detalhes desse fato recentemente. Em 2011, me foi comentado que o Sr. João Antônio Bernardi havia sofrido um assalto, mas sem detalhes do fato nem do valor no assalto. E recentemente, quando soube dos detalhes do ocorrido, fiquei bastante surpreso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E quais foram os detalhes de que V.Sa. tomou conhecimento?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Via imprensa, do ocorrido, do valor e do local em que tinha sido o ocorrido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. só tomou conhecimento pela imprensa?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Pela imprensa, recentemente. Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas nenhum membro da empresa relatou que tinha relação com esse fato e com essa história?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Não tenho conhecimento de como... como... é... eu... Eu tive conhecimento do fato em 2001, através de um comentário não me lembro de quem, de um funcionário da empresa, mas sem detalhes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, a Saipem, pelos dados que nós temos, sistematicamente, o preço que ela apresentava era sempre um preço superior ao limite máximo previsto pela PETROBRAS. Esse patamar superior era devido à necessidade, segundo alegam os que estão investigando, da necessidade de pagamento de propina. Então, as alterações no objeto da licitação, conforme alega o Ministério Público, buscavam adequá-las ao preço superfaturado apresentado pela empresa. Então, pesa na Saipem essa acusação, essa desconfiança. V.Sa. participou das mesas de negociação de contratos e de licitação. O que V.Sa. tem a nos informar acerca desse questionamento que é feito, do Ministério Público, à empresa na qual V.Sa. trabalha há 24 anos?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Os processos de licitação de que a Saipem participou junto à PETROBRAS e seus parceiros foram de acordo com processos informados pela PETROBRAS durante a fase, no recebimento da fase de licitação; reuniões formais são realizadas junto à comissão de licitação da PETROBRAS. Os preços ofertados pela Saipem são preços referentes ao escopo, objeto contratual e às condições de mercado. Nunca soubemos que os preços são excessivos. Quer dizer, na licitação de Cernambi existia uma primeira fase onde o preço foi considerado excessivo pela PETROBRAS. A PETROBRAS chamou as licitantes classificadas tecnicamente para uma segunda tomada de preços, onde a própria PETROBRAS fez as simplificações técnicas, e com isso foram oferecidos novos preços, e, através de negociações, foi fechado o contrato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A empresa Saipem, diante das investigações que estão sendo feitas pelo Ministério Público, pensa em se antecipar e fazer algum tipo de delação premiada?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu entendo que a Saipem hoje está fazendo auditorias internas. A Saipem, hoje... Não sei dizer qual é a posição oficial da Saipem quanto a uma delação premiada, visto não estar sendo envolvida, no meu entendimento, não estar sendo envolvida diretamente no caso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos prosseguir com os autores. Havendo necessidade, eu retomo as outras perguntas.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Roberto, a Operação Lava-Jato, com a competência do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Juiz Sérgio Moro, e a gente tentando colaborar aqui com a CPI, ela tem tido resultados surpreendentes, talvez os resultados mais importantes da história do Brasil relativos a se desvendar a corrupção. Nesta semana foi publicada inclusive uma matéria interessante que falava sobre a corrupção de Pasadena, quando foi relatado um almoço num restaurante, lá no Rio de Janeiro, que tinha lustre de cristal, e os



homens de negócio que estavam lá eram o Paulo Roberto Costa, o Cerveró, o Renato Duque, que inclusive é ligado a essa questão da Saipem, o Rogério Araújo e o Márcio Faria, da maior construtora do Brasil, a Odebrecht. Eles almoçavam lá na Praia do Flamengo. Hoje, e durante um tempo, quase todos ainda estão almoçando lá na penitenciária, em Curitiba, lá no marmitex. Então, a operação está dando resultado. Homens riquíssimos que sucatearam a PETROBRAS, e chegou-se a esse resultado. Eu vejo aqui na pessoa do senhor, com todo o respeito, o senhor negar tudo. O senhor está na contramão do que o Ministério Público e do que a Polícia Federal estão relatando. Ao senhor, uma pergunta direta: a Saipem nunca, em tempo algum, teve nenhuma relação com Renato Duque? Ilícita?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu não posso... Do meu entendimento, a Saipem nunca teve relações ilícitas com a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem era a concorrente da Saipem na PETROBRAS?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Todas as empresas que faziam operações de instalação de gasodutos *offshore*, tanto presentes no Brasil, ou empresas internacionais.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor representou a Hayley do Brasil?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não conheço essa firma.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Comprou uma obra de arte cuja documentação foi encontrada com o ex-Diretor da PETROBRAS Renato Duque?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Nunca comprei obras de arte.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A Polícia Federal e os procuradores do Ministério Público suspeitam de que essa possível obra de arte era propina. Então, eles estão errados?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu tenho desconhecimento de qualquer obra de arte que tenha ligação com a Saipem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Com que frequência e quantas vezes o senhor se reuniu com Renato Duque?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu nunca me reuni com o Sr. Renato Duque.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E com o Sr. Barusco?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Também, acredito, nunca me reuni com o Sr. Barusco.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual era o papel do senhor exatamente na Saipem?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O meu papel na Saipem é Gerente de Gestão de Contratos, praticamente é a execução dos contratos em operação, e o relacionamento com os Departamentos da Saipem, seja Recursos Humanos, Financeiro, Qualidade e Segurança, de modo a prover todos os requisitos para a execução do contrato a bom termo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E a relação do senhor com o Sr. João Antônio Bernardi?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Simplesmente uma relação profissional.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual era a relação profissional? O que ele fazia e o que o senhor fazia que vocês se relacionavam?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O João Antônio Bernardi foi contratado pela Saipem para dar apoio a operações de perfuração em terra e no mar e com relação a projetos de unidades flutuantes de produção. Dá também... deu também assessoria ao Presidente, aos Presidentes da Saipem, durante a fase de transição dos mesmos. A Saipem detém tecnologia desde plantas *onshore* até águas ultraprofundas, tecnologias essas que são apresentadas aos clientes. Um dos pontos do Sr. João Antônio Bernardi era apresentar essa tecnologia, com os departamentos respectivos técnicos, de modo que os clientes conhecessem melhor o que a Saipem poderia fornecer como tecnologia, como equipamentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor vê que a participação do Sr. Antônio Bernardi era uma participação importante, segundo o relato do senhor aqui. É isso que me causa assim uma... uma... uma, vamos dizer, interrogação, porque, na delação premiada do Sr. Júlio Camargo, ele cita que a Hayley S.A. e a Hayley Empreendimentos, do Sr. Antônio Bernardi, que prestou e que tinha essa relação com o senhor, foram usadas para pagar a propina, e o senhor desconhece isso?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu desconheço qualquer propina que tenha sido paga, assim como eu desconheço a existência dessa empresa Hayley.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A interlocução da Saipem com a PETROBRAS era feita pelo senhor?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. A interlocução da Saipem com a PETROBRAS era feita, dependendo da área que estivesse... Se fosse uma área de licitação, eram nomeados representantes, como solicitado, durante a, a...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor era superior a esses representantes?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Não. Não. Com relação a qualquer... Na fase de licitação, nós temos o Departamento Comercial que é, de acordo com as diretrizes da Saipem, o responsável por qualquer atividade referente a licitação.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor conheceu Júlio Camargo?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Nunca esteve com ele?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Que eu me lembre, nunca. Não conheci o Sr. Júlio Camargo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o senhor Giorgio Martelli?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim. Conheço o Giorgio Martelli.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem apresentou o senhor a ele?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O Sr. Giorgio Martelli é funcionário da Saipem. Ele era o Presidente, o Diretor-Presidente da Saipem do Brasil no período de 2010, 2011, 2012, acredito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A Saipem tem contratos assinados com a PETROBRAS entre 2007 e 2013. O senhor trabalha na Saipem desde o ano 2000, é isso?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu trabalho na Saipem, no Brasil, desde o ano 2000, 2001, e trabalho na Saipem há 24 anos.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E por que o colaborador, vamos dizer assim, nessa relação — o senhor já explicou — da Saipem, no Brasil, seria o Sr. João Antônio Bernardi?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O Sr. João Antônio Bernardi...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O que ele tinha que o senhor não tinha?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O Sr. João Antônio Bernardi conhecia plenamente o mercado brasileiro de óleo e gás, particularmente fornecedores e estaleiros. Devido a eu ter retornado ao Brasil em 2000, e antes eu trabalhei com a Saipem fora do Brasil... Ele tinha um conhecimento específico do mercado brasileiro, e, nesse momento, eu estava ocupado com a execução dos projetos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - E o senhor sabia da relação dele com o Júlio Camargo?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Não sabia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor nunca soube? O senhor trabalhava com ele. Ele não dizia para o senhor: “*Conheço Júlio Camargo*”. Nunca ele falou para o senhor?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Que eu me lembre, nunca falou.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, doutor, é porque isso é uma coisa que nos intriga, porque o Júlio Camargo faz uma delação premiada. Ele, na delação premiada, ele pode perder os seus direitos, os seus benefícios, se ele mentir. Ele diz que tem uma relação com Antônio Bernardi, com João Antônio Bernardi. O senhor trabalhou com o Sr. João Antônio Bernardi e o senhor me diz que o senhor não sabe da relação do Júlio Camargo com o Antônio Bernardi. É uma coisa, no mínimo, curiosa. O senhor me desculpe. Eu acho que o senhor se coloca inclusive em risco, porque o senhor está sentado aqui, na obrigação de falar a verdade, e o senhor pode estar cometendo aqui... Porque essa pergunta, o momento em que o Sr. Júlio Camargo... Eu não sei se teremos oportunidade de ouvi-lo nesta CPI, mas mesmo que não, isso vai estar registrado aqui, e o senhor pode estar tendo problema, porque é difícil acreditar que o senhor teve essa relação



com Antonio Bernardi, né, com João Antonio Bernardi, e ele tinha uma relação com Júlio Camargo, como dito na delação, e o senhor não sabia de nada.

O senhor tem certeza? Ele nunca comentou com o senhor que ele conhecia o Júlio Camargo?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Que eu, que eu me lembro, nunca... É... A relação minha com o Sr. João Antonio Bernardi era simplesmente profissional. Nós trabalhávamos na mesma empresa, mas em áreas diferentes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas eu estou falando profissional mesmo.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Áreas diferentes...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Profissional, porque ele se somava ao senhor. O senhor era contratado pela Saipem porque ele facilitava a vida da Saipem na PETROBRAS. Ele era o meio campo entre a Saipem, o contrato e a propina. É isso que o Ministério Público Federal, que a Polícia Federal, que as gravações dizem. E o senhor trabalhava.

Se o senhor está me dizendo que o senhor não se envolveu com a propina, a gente pode, possivelmente, até acreditar. Não estou acusando o senhor disso. Mas quando o senhor diz aqui que o senhor não sabe que o Sr. João Antonio Bernardi tem relação com o Sr. Júlio Camargo, essa afirmação do senhor é uma afirmação forte. O senhor pode estar aqui tendo um ponto aí de interrogação, no processo. Possivelmente, o senhor vai estar aí sendo responsável em responder.

Sr. Presidente, tenho outras perguntas, aí eu só registrarei, mas eu acho que, num todo, é isso mesmo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra ao sub-Relator, Deputado Bruno Covas também pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Roberto Mendes, o senhor pode confirmar se a relação contratual da Saipem com o Sr. João Bernardi perdurou de 1º de agosto de 2002 até 5 de junho de 2015?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - As datas, com precisão, não sei determinar, porque eu não sei. Não tenho o histórico com o RH do Sr. João Antonio Bernardi, mas acredito que sejam mais ou menos essas as datas: de 2005 a 2015.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por que o contrato encerrou em 5 de junho de 2015?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Nos foi informado que o Sr. João Antonio Bernardi tinha sido... Aposentou.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Bom, eu queria aqui retornar uma ordem cronológica que está sendo investigada, já dito aqui pelo Relator e pelo sub-Relator, até para o senhor poder confirmar, naquilo que souber, essa ordem cronológica.

No dia 27 de maio de 2011, a Saipem S.A. é convidada pela PETROBRAS para participar do certame envolvendo a instalação do gasoduto de interligação dos campos Lula e Cernambi.

No dia 1º de agosto de 2011, a Saipem apresenta a proposta — a única empresa a apresentar uma proposta — no valor de 286 milhões de reais, acima do limite da PETROBRAS para a obra, que seria de 228 milhões de reais.

No dia 30 de agosto, o Sr. João Bernardi visita o Sr. Renato Duque na PETROBRAS; no dia 31 de agosto, o Sr. João Bernardi visita o Sr. Renato Duque na PETROBRAS; no dia 16 de setembro, o Sr. João Bernardi visita o Renato Duque na PETROBRAS.

No dia 20 de setembro, a Saipem apresenta uma nova proposta de 273 milhões de reais, ainda acima do limite de 228 milhões de reais da PETROBRAS.

No dia 22 de setembro, 2 dias depois, Júlio Camargo efetua a transferência de 500 mil dólares para a Hayley S.A. na Suíça.

No dia 27 de setembro, 5 dias depois da transferência, a PETROBRAS retira algumas obras desse certame. Isso faz com que a Saipem apresente uma nova proposta, agora no valor de 248 milhões de reais, tendo a PETROBRAS ampliado o seu limite de 228 para 252 milhões de reais. Aí pronto, deu certo.

Dia 5 de outubro, o Sr. João Bernardi é assaltado, no episódio já mencionado pelo Relator.



No mesmo dia 5 de outubro, o Sr. Júlio Camargo efetua a segunda transferência de 500 mil dólares para a Hayley S.A., na Suíça.

No dia 6 de outubro, o Sr. João Bernardi, de novo, visita o Sr. Renato Duque, na PETROBRAS.

No dia 5 de dezembro, o contrato é assinado; e, no dia 7 de dezembro, de novo, o Sr. João Bernardi visita a PETROBRAS.

O senhor tem algo a contestar desse cronograma?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A única coisa que eu sei com relação a essa licitação mencionada por V.Exa. é que não tenho conhecimento nenhum de qualquer ligação entre o Sr. João Bernardi, visitas do Sr. João Bernardi ao Sr. Renato Duque, e a licitação, o processo de licitação para esse certame.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por acaso, elas ocorreram na mesma época?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não sei. Não tenho agenda do Sr. João Bernardi com relação à PETROBRAS. A licitação foi realizada de acordo com os procedimentos da PETROBRAS. Negociações foram feitas com a comissão de licitação da PETROBRAS e o time de comercial da Saipem, onde nunca nos foi dito que nós éramos a única concorrente. Acredito que só na última reunião nos foi dito. Sempre o que entendíamos é que existiam sempre outros concorrentes participando da licitação, tanto na primeira fase, que foi terminada, quanto na segunda fase, onde foi modificado o escopo do contrato, com simplificações técnicas, onde a Saipem deu um segundo preço de acordo com as condições da licitação do escopo contratual e as condições de mercado. Existiram, depois, outras reuniões de esclarecimento, até que foi fechado um preço. Mas eu não tenho nenhum conhecimento desse processo com qualquer visita do Sr. Antônio Bernardi à PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - As visitas ocorreram. Elas estão, inclusive, nos autos do processo, demonstrando que as visitas ocorreram e foram com o Sr. Renato Duque.

Eu queria entender melhor esse contrato da Saipem com o Sr. João Bernardi. O senhor poderia explicar melhor o que era o objeto desse contrato? O senhor



poderia dizer qual o valor que recebeu o Sr. João Bernardi entre 2002 e 2015, em decorrência desse contrato?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu não tenho detalhes do contrato entre o Sr. João Antônio Bernardi e a Saipem. É um contrato de prestação de serviços com a empresa do Sr. João Antônio Bernardi, que eu entendo que não era essa empresa Hayley, era uma outra empresa constituída pelo Sr. João Antônio Bernardi, simplesmente de consultoria à Saipem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor nem imaginava que o tema João Bernardi fosse cair aqui na CPI?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não, eu entendo, mas são informações que o RH ou que a Saipem poderia fornecer a V.Exas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim. E o senhor está em nome da Saipem aqui, não está?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Estou em nome da Saipem, mas eu não tenho todas as informações referentes à Saipem. A minha função na Saipem é uma função técnica de gestão de contratos de oleodutos e gasodutos. Eu não tenho todas as informações da Saipem.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Poderia ter se preparado um pouquinho melhor ou, pelo menos, levantado esses documentos para trazer aqui para nós.

Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra para o autor do requerimento, Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Na ausência do autor do requerimento, com a palavra o Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Roberto, quem é o diretor comercial da empresa Saipem?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A direção comercial da Saipem no Brasil é feita pelo nosso diretor presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que é o Sr. Giorgio?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Atualmente é o senhor Luca Cattedri.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Antes, era o Sr. Giorgio Martelli, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele exercia o papel de diretor comercial também?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - De diretor comercial na Saipem do Brasil.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O João Bernardi tinha, de fato, uma empresa, a JAB Consultoria & Participações Ltda.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim, confirmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ele é quem conduziu o processo de negociação com a PETROBRAS. Está muito claro isso.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. O Sr. João Antônio Bernardi não participava...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só um representante.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Mas não participava em nenhum processo de negociação durante as licitações com a PETROBRAS. Era o departamento comercial que era encarregado dessas negociações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas V.Sa. pode afirmar que o diretor comercial não tenha contratado ou tenha dado a ele autonomia para negociar?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento, e o Sr. João Antônio Bernardi não participou quando eu participei em nenhuma negociação comercial durante a fase de licitação para gasodutos e oleodutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está muito claro aqui que a empresa Saipem apresentou diversas propostas de milhões, 248 milhões. Nenhum diretor pode dizer que não tem conhecimento do valor dessas mudanças, de 270 para 240, para 220. É inadmissível achar que um diretor não saberia, e nem daria, realmente, autonomia para alguém fazer essas mudanças. Porque houve mudança, tanto que a PETROBRAS...



A primeira proposta que os senhores fizeram ficou bem acima; 38% acima. Aí, depois, com as negociações, houve toda essa redução. Em nenhum momento alguém chegou para a diretoria, para V.Sa., para o diretor Giorgio, e disse: “*Olha, estamos negociando na PETROBRAS. Temos que facilitar a coisa e tal.*”?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho nenhum conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É um processo normal isso? Faz uma proposta, depois reduz 40 milhões na proposta e está tudo bem, não tem problema nenhum?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O processo de licitação com a PETROBRAS é um processo feito de acordo com os procedimentos de licitação informados pela PETROBRAS durante o recebimento da proposta. Reuniões...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi única. A empresa de V.Sa. apresentou uma proposta única.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho entendimento de que, quando a gente apresentou a proposta, foi uma proposta única.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas houve uma proposta...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Houve uma proposta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... que estava muito acima do valor, inclusive, do valor da PETROBRAS, 38%. Aí alguém chega e pede à empresa para refazer a proposta. Aí refaz a proposta com 30 milhões a menos.

É normal isso? Os senhores não participaram dessa discussão se poderia aumentar, se poderia reduzir ou não? Havia, realmente, essa margem de lucro imensa? Essa combinação com o Bernardi não tinha combinação de uma participação? Ele não participava disso, não ganhava nada com isso?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Desconheço qualquer participação do Sr. João Antônio Bernardi.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não conhece o contrato entre a empresa de V.Sa., que está lá há 24 anos, com essa empresa do Bernardi, que, inclusive, está sendo acusada aqui da remessa dos recursos? Não conhece o teor desse contrato?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não conheço a existência desse contrato entre a Saipem... Não existe contrato entre a Saipem e a empresa Hayley.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Hayley, não. Estou dizendo entre a empresa do Sr. Bernardi. Tem o nome aqui. JAB Participações...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - JAB, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem esse contrato com ela?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Existe esse contrato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabe o teor desse contrato? Para que...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Em relação ao contrato, é um contrato entre a Saipem e o Sr. João Antônio Bernardi, através de sua empresa. Não tenho conhecimento desse contrato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sabe para que foi contratado, quanto foi o valor...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento do valor...

O SR. DEPUTADO IZALCI -... e as condições disso? Nada?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento do valor do contrato.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabe que ele participou dessas negociações.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não... Tenho desconhecimento de que ele tenha participado de qualquer negociação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, V.Sa. não participa de nada da parte comercial da empresa?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu auxílio a parte comercial durante a fase de licitação em reuniões de apoio técnico.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ninguém procurou V.Sa. para dizer assim: *“Olha, aquele preço que V.Sa. apresentou lá, 278 milhões, está muito acima do valor. Nós vamos ter que reduzir isso aqui. Aí tem que fazer uma nova proposta.”* Foi feita uma nova proposta. V.Sa. tem conhecimento de que foi feita uma nova proposta?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim. Depois que foi cancelada a primeira concorrência, a PETROBRAS reviu o processo. Ela fez modificações nas especificações técnicas e nas cláusulas contratuais...



O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor acompanhou bem isso?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Isso foi feito pela PETROBRAS. Não acompanhamos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, na empresa, a mudança do preço da proposta, a segunda proposta?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A mudança do preço é feita pelo departamento comercial da Saipem. Eu não tenho...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor não participa de nada disso?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu não tenho participação no preço final feito pelo departamento comercial. O departamento comercial é que tem a prerrogativa de fechar preço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É bom conhecer mais, porque, senão, pode responder por isso, como está respondendo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo a palavra para o Deputado Jorge Solla, que não está presente. O Deputado Ivan Valente também não. Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Não vai usar da palavra. Deputado Celso Pansera. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Félix Mendonça Júnior. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Carlos Marun. *(Pausa.)* Ausente. Deputado João Gualberto. *(Pausa.)* Também ausente. Deputado Silas Câmara. *(Pausa.)* Ausente. Deputada Eliziane Gama...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Oi, Presidente. Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, pelo tempo de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sou pequeninha, Sr. Presidente, mas estou aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É grande. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria, primeiramente, pedir ao Sr. Roberto Mendes — estou saindo aqui, meu assessor até está me ajudando —, mas ainda não consegui entender muito bem. O Sr. Antônio Bernardi Filho, o que ele era? Ele era, de fato, representante da Saipem no Brasil ou o que, exatamente?



Porque o Ministério Público e a Polícia Federal dizem isso na investigação, não é? Mas me explique melhor qual efetivamente é a função dele.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A função do Sr. João Antonio Bernardi era dar apoio aos projetos de perfuração a terra e a mar, que era a especialidade dele previamente, assim como também em relação às unidades flutuantes de produção. Ele também fazia, junto com os departamentos técnicos da Saipem, apresentações de produtos da Saipem...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ele era o representante legal?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não, não era o representante. Não entendo... Não sei te dizer... Não entendo bem que o seria um representante legal. Ele, ele não teria uma procuração da Saipem neste caso. Acredito que não teria uma procuração da Saipem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E quem é o responsável pela Saipem no Brasil?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O responsável pela Saipem Brasil é o diretor-presidente da Saipem do Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim. Quem é o diretor-presidente?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Atualmente?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O Sr. Luca Cattedri.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ele é presidente há quanto tempo?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Ele está na Saipem, no Brasil, acho, aproximadamente, há 2 anos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Antes dele, quem era o presidente?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Antes dele, no período... Antes dele, tivemos um outro e, antes dele, o Sr. Giorgio Martelli.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Giorgio Martelli compreende esse período de investigação da Polícia Federal?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Compreende, Deputada, um dos períodos do projeto que a gente está citando, sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É ele que está hoje na Austrália?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim, hoje ele é residente na Austrália.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E, nesse período, a função do Antonio Bernardi, essa relação de responsabilidade técnica... Ele era, digamos, um contratado como uma empresa ou era contratado como pessoa para atuar dentro da Saipem?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Ele era contratado através dessa empresa dele, JAB.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Que é a empresa dele.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Que é a empresa dele, isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. E a Hayley? O senhor fala — pelo menos, parece que já respondeu — que não é proprietário dessa empresa. Quem seria o responsável por ela?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu não tenho nada a ver com essa empresa, Hayley. Não conheço essa empresa, Hayley.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas o senhor já ouviu falar dela?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Ovi falar agora, na imprensa. Mas nunca havia nenhuma informação quanto a essa empresa, Hayley.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Durante todo esse período seu na Saipem, o senhor não...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Durante todo esse período meu na Saipem, nunca tive conhecimento da existência dessa empresa, Hayley.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Aqui, quando se falou, por exemplo — alguém já destacou —, do roubo que aconteceu, de 100 mil reais, estaria o dinheiro em espécie na mão do próprio Antonio Bernardi. O senhor também nunca ouviu falar?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Como, é... Eu... Durante... Se não me engano, foi em 2011. Foi-me comentado que o Sr. João Antonio tinha sofrido um assalto, mas sem detalhes do assalto, sem detalhes dos valores do assalto. Naquele momento, não achei relevante, porque ninguém mais comentou o assunto. Fiquei, é, com grande surpresa porque, ultimamente, nos últimos meses, fiquei sabendo dos detalhes do assalto e do valor do assalto.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Agora, esses detalhes que o senhor já soube ultimamente... Soube por quem? Por conta da mídia? Por conta da imprensa? Ou por conta de um de debate interno na própria empresa?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não. Praticamente por causa da mídia. Foi comentado internamente, mas, principalmente, por conta da... A princípio, mídia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Agora, Sr. Roberto, é muito estranho, não é? Porque são 100 mil reais, e 100 mil reais em espécie. Quer dizer, não foi um cheque que foi usurpado ou coisa parecida. Quer dizer, foram 100 mil reais em dinheiro. É muito dinheiro. Eu nunca vi 100 mil reais em dinheiro, mas acho deve ser um monte de nota ali. Então, não parece ser uma coisa muito fácil, não é? Não fica uma coisa muito imperceptível aos olhos das pessoas que estão ao redor. Quer dizer, não dá para acreditar que uma ação desse tamanho e com um fato tão diferenciado, de repente... Especialmente o senhor, na posição que o senhor tem e tinha dentro da própria Saipem.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Como... Eu fiquei bastante surpreso quando soube dos detalhes — realmente, muito surpreso —, dos detalhes do assalto, do incidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E diga-me uma coisa: o senhor tem negociações, transações de alguma empresa, por exemplo, na Suíça?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor já foi à Suíça algumas vezes?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim. Eu viajo para a Europa e já passei na Suíça.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E essas suas passadas pela Suíça são que tipo de viagem? São viagens de negócios? Turismo? Enfim...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - São viagens de turismo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor nunca foi para negociação na Suíça.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Nunca participei de negociação na Suíça.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua relação com o Renato Duque. O senhor tem? O senhor o conhece? Tem contato com ele?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já teve encontro com ele?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho contato. Nunca tive encontro com o Sr. Renato Duque.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não o conhece?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Conheço através da mídia, mas não...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas, pessoalmente, o senhor nunca o viu.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não, não. Que eu, que eu me lembre, nunca encontrei com o Sr. Renato Duque pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, quer dizer que toda essa investigação que está em curso, não é, e as denúncias que foram apresentadas até o momento, o senhor nega todas; tudo é mentira.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento de nenhuma prática ilícita que a Saipem tenha feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Acordo de leniência, ela pode fazer? O senhor tem informação se pode haver algum acordo de leniência por parte da Saipem?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Que corresponda, digamos assim, no caso de uma pessoa física, a uma delação premiada?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não sei responder isso pela Saipem. Não, não, não...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço à Deputada Eliziane Gama.



Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, uma questão. Eu queria pedir ao Sr. Roberto se ele tem como encaminhar para esta CPI cópia do contrato da JAB com a empresa Saipem, e a remuneração feita pela empresa junto ao Sr. Bernardi.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Vou solicitar ao departamento de recursos humanos e financeiros da Saipem que providenciem essas informações a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É muito importante, até porque eu esperava que o Sr. Giorgio viria aqui, mas parece que ele mudou, não é? Acho que é uma estratégia também, porque da Mitsue foi a mesma coisa: viajou e foi embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu determino à Secretaria que providencie oficialmente a solicitação desse contrato, que é muito importante para as nossas investigações, inclusive com a remuneração.

Em seguida, concedo a palavra ao Deputado Alberto Filho. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)* Ausente. Deputado JHC. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto de Moraes Mendes, senhor advogado, boa noite, quase boa noite já. Eu gostaria de saber se o senhor tomou conhecimento de uma denúncia feita pelo Ministério Público a respeito do Sr. Duque envolvendo a empresa em que o senhor trabalha.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Sim, eu tomei conhecimento através dos jornais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Dos jornais? Internamente, na empresa, não foi discutida juridicamente essa questão?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A Saipem tem um sistema de governança, um sistema de código de ética. Investigações e auditorias são feitas internamente na Saipem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tomou conhecimento dessa auditoria...

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A auditoria...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... neste caso?



O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A auditoria...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Nesse contrato desse gasoduto?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - O que eu tenho conhecimento é que auditorias estão sendo realizadas na Saipem. São auditorias confidenciais. Não tenho informação do teor da auditoria, nem de quando serão finalizadas. Eu não tenho conhecimento se essas auditorias serão disponibilizadas aos funcionários da Saipem. São auditorias de terceira parte, ou do grupo de *compliance* da Saipem, que irão ao nosso presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A Saipem é uma empresa de que nacionalidade?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - É uma empresa italiana.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Atua em quantos países?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - A Saipem atua praticamente no mundo todo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - No mundo todo.

Com a divulgação desses fatos, do envolvimento da Saipem nesse caso de corrupção no Brasil, o senhor sabe que, lá fora ou aqui, a Saipem poderá pagar uma multa, fazer um acordo. O senhor tem conhecimento se isso já está em trâmite?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor trabalhou em quantos países?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu trabalhei em vários países: na Itália, Malásia, Canadá, Estados Unidos, entre outros.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em vários países. No Brasil o senhor trabalha há quanto tempo?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu voltei ao Brasil, praticamente... São 14, 15 anos que eu estou de volta ao Brasil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Em todos os países em que o senhor trabalhou, a corrupção para conseguir obras é igual aqui no Brasil? Ou aqui é diferente?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu não tenho conhecimento de que tenha sido corrupção pela Saipem em nenhum país, nem no Brasil.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Existem exigências em outros países para se ganhar contratos? O senhor é uma pessoa de muita experiência; trabalhou na área comercial, tem um cargo relevante dentro da empresa, está há 24 anos dentro da empresa. O senhor deve ter ouvido falar que, em alguns países, se paga corrupção; em outros, não. O senhor tem conhecimento de pagamento de propina aqui dentro do Brasil?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento de nenhum pagamento de propina.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não tinha conhecimento, então, até então?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tinha conhecimento. Não tenho conhecimento de nenhum pagamento de propina pela Saipem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Mesmo com essa divulgação ampla e com a denúncia já do Duque?

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Não tenho conhecimento. A Saipem tem um sistema de gestão, um código de ética e um sistema de conformidade, que deve ser seguido por todos os funcionários.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. Seriam essas as minhas perguntas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.

Não havendo mais inscritos para o debate...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Concedo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, só para fazer apenas um registro, porque eu não ocupei o tempo quando usei a palavra na última vez. A nossa Comissão já recebeu praticamente uns 130 contratos de empresas, da PETROBRAS. Estão disponíveis para todos os Deputados, e eu quero fazer esse registro aqui.



São contratos de toda ordem, contratos que envolvem bilhões de reais, como, por exemplo, os contratos — cito estes aqui porque acho são os de maior valor — de tubos da Vallourec, da Confab, que somam mais de 30 bilhões de reais; contratos de fretamento de aeronaves, que envolvem 4, 5 empresas, de mais de 15 bilhões de reais. E há contratos de todos os tipos, de todos os valores.

Eu estou citando isso porque acho importante os Deputados tomarem conhecimento, olharem esses contratos, porque muitos desses contratos ainda não foram encaminhados pela Operação Lava-Jato e podem ser alvo da Operação.

Seria só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só para concluir, eu queria, encarecidamente, fazer um pedido ao nobre Relator. Eu acho que neste momento o Presidente Lula também está nos assistindo. Há um requerimento meu, protocolado na CPI na semana passada, para que ele venha aqui, tranquilamente, esclarecer os fatos. Toda a sociedade brasileira espera a presença dele aqui. Então, queria pedir ao nobre Relator que o convide e coloque esse requerimento em votação. Acho que é muito importante ouvi-lo. Se ele não deve nada, venha aqui e esclareça os fatos. O Brasil vai gostar de ouvi-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o debate, concedo a palavra ao depoente para as suas considerações finais.

O SR. ROBERTO DE MORAES MENDES - Eu agradeço a participação e reafirmo a minha disponibilidade em fornecer informações a esta CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente sessão.